DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA. terça-feira, 30 de dezembro de 1980 — ANO V — Nº 248

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 5.636 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1980

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 10.806.000,00 (dez milhões oitocentos e seis mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

DECRETO Nº 5.681 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1980

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 23.366.369,00 (vinte e três milhões trezentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta e nove cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

(Publicados em suplemento a esta edição)

DECRETO Nº 5.740 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1980

Inclui Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias na Tabela de Pessoal do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõem os artigos 4º item II e 5º do Decreto nº 5.065 de 18 de janeiro de 1981,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída, na forma do Anexo, na Tabela de Pessoal do Distrito Federal - Parte referente à Secretaria de Educação e Cultura, Função do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, obtida mediante supressão da Função em Comissão ali indicada.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1980

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

ARMANDO RENAN D'ÁVILA DUARTE

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

EURIDES BRITO DA SILVA

ANEXO

DECRETO Nº 5740 DE 26/12/DE 1 980.

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC) TRANSFORMADAS OU SUPRIMIDAS			FUNÇÕES DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO OU SUPRESSÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO (FC)			
Nº	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	Nº	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	CORRELAÇÃO
				DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE		
01	Assistente	FC-04	01	Assistente	DAI-112.3	Técnico em Assuntos Educacionais, Economista, Técnico de Administração ou Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Nível 2 ou 3.

DECRETO Nº 5.746 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova a Codificação e Interpretação da Despesa Orçamentária do Distrito Federal.

DECRETO Nº 5.747 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova para o exercício de 1981, os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta.

DECRETO Nº 5.748 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova as Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

DECRETO Nº 5.749 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.529.891,00 (hum milhão e quinhentos e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e um cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

DECRETO Nº 5.750 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Altera o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal-FZDF.

DECRETO Nº 5.751 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Altera o Orçamento da Fundação Educacional do Distrito Federal-FEDF.

DECRETO Nº 5.752 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Altera o Orçamento da Fundação Cultural do Distrito Federal-FCDF.

DECRETO Nº 5.753 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1981.

DECRETO Nº 5.754 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova detalhamento da aplicação de Recursos no valor de Cr$ 5.655.000,00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros) do Projeto que menciona da Secretaria do Governo.

DECRETO Nº 5.755 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Altera o Orçamento da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.

ÍNDICE

PÁGINA

ATOS DO GOVERNADOR 1
SECRETARIA DO GOVERNO 3
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 5
SECRETARIA DE FINANÇAS 6
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 7
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 8
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 9
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 10
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO 10
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 10
PROCURADORIA GERAL 10
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 11
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 31

Nova Sistemática de Avaliaçãc de Desempenho: leia o Dec. 5.411, no D.O. de 21/08/80

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

— Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3° andar

Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX - 225- 6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto . 226-4357
PABX - 225-2515 Ramal 27

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 1.220,00
Semestral ..... Cr$ 610,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 900,00
Semestral ..... Cr$ 450,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva

MATÉRIA PAGA

Por centímetro de coluna.

Orgãos Governamentais (GDF) ..... Cr$ 20,00
Particulares ..... Cr$ 42,70

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DECRETO Nº 5.758 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os salários dos empregos permanentes e dos empregos em comissão dos Órgãos Relativamente Autônomos e das Autarquias do Distrito Federal, ainda não incluídos no Plano de Classificação de Cargos e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.759 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os valores das Gratificações que menciona, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.760 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a reestruturação da categoria funcional de Inspetor Sanitário, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.764 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a criação de empregos para constituição da Categoria Funcional que especifica, da Tabela de Pessoal da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.765 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Confirma a relativa autonomia da Administração da Estação Rodoviária de Brasília - AERB e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.766 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova o Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.767 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Aprova a lotação da Administração da Estação Rodoviária de Brasília da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

DECRETO Nº 5.768 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

Cria Funções de Confiança e Empregos em Comissão para constituição da Tabela de Pessoal da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, e dá outras providências.

(Publicados em suplemento a esta edição)

Secretaria de Administração

DECRETO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1980

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, os servidores abaixo mencionados:

1 - Do emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-401.A, Referência 24, matrícula nº 21.541-4, EMANOEL VALE DE ARAUJO, a contar de 3 de novembro de 1980.

2 - Do emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-401.A, Referência 24, matrícula nº 21.502-3, JOSEILDA ALMEIDA E SILVA, a contar de 19 de novembro de 1980.

3 - Do emprego de Agente Administrativo, Código LT-SA-401.A, Referência 24, matrícula nº 21.402-7, IOLANDA MACEDO DE SOUZA, a contar de 1° de dezembro de 1980.

4 - Do emprego de Inspetor Sanitário, Código LT-NM-802.A, Referência 10, matrícula nº 21.440-X, VALMIR AMORIM DA SILVA, a contar de 1° de dezembro de 1980.

5 - Do emprego de Datilógrafo, Código LT-SA-402.A, Referência 16, matrícula nº 21.470-1, AUGUSTO DE OLIVEIRA PINTO, a contar de 2 de dezembro de 1980.

Brasília, 26 de dezembro de 1980
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Secretaria de Agricultura e Produção

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1980

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, o Decreto de 02 de dezembro de 1980, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 235, de 09 de dezembro de 1980, que dispensou, a pedido, JOSE EVERALDO RAMALHO, matrícula nº 10.073-0, da Função de Confiança, Código LT-DAS-102.1, de Assessor do Núcleo de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal.

Brasília, 29 de dezembro de 1980
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
ALCEU SANCHES
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1980

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR JOSE EVERALDO RAMALHO, matrícula nº 10.073-0, da Função de Confiança, Código LT-DAS-102.1, de Assessor do Núcleo de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, a partir de 09 de dezembro de 1980.

Brasília, 29 de dezembro de 1980
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
ALCEU SANCHES
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Despacho

PROCESSO Nº: 019.286/80
INTERESSADO: VERA LUCIA BARBOSA — Matrícula 8.071-3 — PRG
ASSUNTO: Prorrogação de Requisição (Governo do Estado do Ceará)

Reformulo a homologação do dia 10 de outubro de 1980, para autorizar, em caráter excepcional, a prorrogação do prazo de afastamento da servidora em causa, sem prejuízo de seus vencimentos, até 31 de dezembro de 1981.

Brasília, 23 de dezembro de 1980
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135397/80,

RESOLVE:

1º — DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal e o Senhor ELOSMAR MARQUES FRANCO, objetivando a ocupação do Box A-27 da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de frutas e verduras, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º — Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287 de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135492/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal e a Senhora CLEONICE TEREZA RODRIGUES DOS SANTOS, objetivando a ocupação do Box nº A-28, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de confecções, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135413/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração de Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal e o Senhor JOSÉ MATIAS DE SOUSA, objetivando a ocupação do Box C-21 da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de carnes secas, toucinho e linguiça, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV, do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287 de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 135343/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração de Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo de Ocupação, celebrado em 14 de agosto de 1980, entre o Distrito Federal e a Senhora DINA BRAZ DE OLIVEIRA, objetivando a ocupação do Box C-19, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de frutas verduras e legumes, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287 de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135333/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal e a Senhora MARIA DE FREITAS CORCINO DA FONSECA, objetivando a ocupação do Box B-01, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, compra e venda de frutas e verduras, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Adminstração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135447/80,

RESOLVE:

1º — Designar o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal, e a Senhora JORGELINA RAMIN NEVES, objetivando a ocupação do Box nº B-20, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de sucos naturais, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º — Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 135487/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado entre o Distrito Federal e a Senhora MARIA MARCINA SOARES DE LIMA, objetivando a ocupação do Box A-15, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de peixes, carnes secas, linguiças e carnes em geral, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135430/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permenante do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal e a Senhora MARIA DÁLIA DA COSTA, objetivando a ocupação do Box C-8, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de produtos hortigranjeiros, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135350/80,

RESOLVE:

1º — DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o DISTRITO FEDERAL e o Senhor FRANCISCO DE ASSIS MELO ALVES, objetivando a ocupação do Box. nº B-19, da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante destinado a comercializar, no varejo, venda de caldo de cana, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º — Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287 de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135481/80,

RESOLVE:

1º - DESIGNAR o servidor EVALDO DE SOUZA FREIRE, Chefe do Serviço de Administração da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, matrícula nº 14.677, Executor do Termo Padrão nº 05/80, celebrado em 17.11.80, entre o Distrito Federal e o Senhor JOSÉ EDUARDO PORTELA, objetivando a ocupação do Box nº B-12 da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado a comercializar, no varejo, vendas de produtos hortigranjeiros, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 19 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287, de 12 de junho de 1973, combinado com o artigo 124 § 1º do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, e tendo em vista o que consta no Processo nº 135606/80,

RESOLVE:

1º — DESIGNAR, os servidores HENRI CAVALCANTI CURI, Diretor da Divisão de Obras, matrícula nº 14.402; GEDALIAS NEVES DA COSTA, Assessor, matrícula nº 18.645; DINÍSIO ANTONIO DA CRUZ, Assessor matrícula nº 129; NIVARDO BARROS DE MACEDO, Agente Administrativo, matrícula nº 12.193, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, comporem a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da legislação vigente, visando a contratação de serviços de fornecimento e instalação de portões, para o Ginásio de Esportes Rogério Pithon Serejo Farias, nesta Cidade Satélite, objeto do processo em epígrafe.

2º — Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 23 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "d", do Decreto nº 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JOSÉ SEBASTIÃO DE ANDRADE, Agente de Portaria, matrícula 16.796, Código TP-602.B, Classe "B", Ref. 12, Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ANA RUTE DE SÁ TELES VALLOCCI, Chefe da Seção de Arquivo Técnico — DRLFO, matrícula 18.432, Código FC-06, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 29 de dezembro de 1980 a 27 de janeiro de 1981.

Brasília-DF, 29 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 21, inciso IV do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.287 de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 135606/80,

RESOLVE:

1º — DESIGNAR, nos termos do artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 4.515 de 28 de dezembro de 1978, HENRI CAVALCANTI CURI, Diretor da Divisão de Obras, matrícula nº 14.402, executor dos serviços de fornecimento e instalação de 01 — Portão de correr de 3.00m2, fabricação em ferro chato de 1/16" x 1/12", estrutura em metalon de 40 x 40mm, seguindo o modelo das portas externas e 2 — Portões de 1.00m2 fabricado em tela de arame nº 10 de 1 1/4" x 1 1/4", estrutura em metalon de 40 x 40mm seguindo o modelo dos portões existentes, os quais deverão serem instalados na quadra e depósito do Ginásio de Esportes Rogério Pithon Serejo Farias da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, tudo de conformidade com as especificações constantes do Convite nº 16/80-ACSNB, que na qualidade de vencedora foi adjudicada a favor da firma INÁCIO R. DOS SANTOS (COMÉRCIO E INDÚSTRIA SOL NASCENTE), cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua fiel execução.

2º — Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Núcleo Bandeirante, 30 de dezembro de 1980
VIVALDO MARTINS ALVES FILHO
Administrador

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "a", do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ONDINA VALIM REIS BATELLI, Assistente, matrícula 03.489, Código DAI-112.3, Quadro de Pessoal do DF., para substituir, IDALICE DA SILVEIRA MILHOMEM AMARAL, Secretário Executivo do Conselho de Política de Pessoal — SEA/DF, matrícula 05.920, por motivo de férias regulares do titular no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 1981.

Brasília-DF., 19 de dezembro de 1980

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

Republicado por ter saído com incorreção do original no DODF n° 245 de 23/12/80, pág. 05

PORTARIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União,

RESOLVE:

Designar MARIA HARALAMBOS PANAGIOTIDOU, Agente Administrativo, Código SA-401.C, matrícula 13.654, para substituir OYÁRA CARNEIRO LISBÔA, Agente Administrativo, Código SA-401.A, matrícula n° 3.500, da Supervisão de Processos Administrativos, desta Secretaria, nas atribuições de Vogal da Comissão de Processo Administrativo de que trata o Processo n° 010.697/80.

Brasília, 30 de dezembro de 1980.

WANDERVAL ALVES DA COSTA
Secretário - Substituto

PORTARIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da cláusula 10a., do Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (Suplemento) de 31 de outubro de 1980, EDISON BUENO COSTA, Engenheiro, Código NS-710.C, matrícula n° 04.469, desta Secretaria, executor do Convênio mencionado.

Brasília, 30 de dezembro de 1980

WANDERVAL ALVES DA COSTA
Secretário - Substituto

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
N° 50/80-SEA

Excelentíssimo Senhor Governador:

Através do Decreto-Lei n° 1.462 de 29 de abril de 1976, ficou estabelecido o princípio de que a Gratificação pela Representação de Gabinete, obedeceria, no Distrito Federal, as mesmas bases estabelecidas no regulamento baixado, na esfera federal, pelo Poder Executivo.

Em atendimento a esse comando legal, foi elaborada minuta de decreto que reajusta os atuais valores da referida gratificação, nas mesmas bases fixadas pela União, através do Decreto n° 85.491, de 15 de dezembro de 1980.

Aproveitou-se, também, a oportunidade para alterar a denominação de "Auxiliar C", dada ao encargo de maior retribuição, para Oficial de Gabinete, bem como, agrupar as funções de Auxiliar "B" e "A" sob a designação de Auxiliar de Gabinete, com a finalidade de guardar uniformidade com a área federal.

Tomando-se, ainda, por paradígma o citado Decreto n° 85.491, de 1980, o valor da Indenização de Transporte, fixado na importância mensal de Cr$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) pelo Decreto n° 4.903, de 13 de novembro de 1979, passa a corresponder a Cr$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros).

Por outro lado, em virtude da existência, nos órgãos relativamente autônomos e autarquias, de empregos permanentes e em comissão classificados na sistemática da Lei n° 3.780, de 12 de julho de 1960, e por se tratar de matéria de natureza decretual, elaborou-se minuta de ato que reajusta os respectivos salários nos mesmos percentuais concedidos pelo Decreto-Lei n° 1.831, de 22 de dezembro de 1980, aos funcionários da Administração Direta Centralizada não incluídos no Plano de Classificação de Cargos.

Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência as minutas de decretos em anexo.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Brasília, 23 de dezembro de 1980

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Secretário

(Publicado Decreto n° 5.759 de 30 de dezembro de 1980, em Suplemento a esta edição)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
N° 52/80-SEA

Excelentíssimo Senhor Governador:

Em virtude de minucioso estudo das características e requisitos primordiais exigidos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo ou emprego de Inspetor Sanitário, com a finalidade de contribuir para uma melhor fiscalização e vigilância sanitária no Distrito Federal, foi reestruturada a categoria funcional de Inspetor Sanitário, na forma do Anexo IV do Decreto-Lei n° 1.831, de 22 de dezembro de 1980.

O supramencionado Decreto-Lei n° 1.831, de 1980, determina que o reescalonamento dos servidores pertencentes à referida categoria funcional deverá ser disciplinado por ato da Administração do Distrito Federal.

Em conseqüência dessa norma e considerando que a reestruturação efetivada requer a alteração do Decreto n° 3.020, de 14 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Grupo-Outras Atividades de Nível Médio, no que se refere à escolaridade estabelecida para o ingresso na aludida categoria funcional e ao grau de complexidade das atribuições inerentes ao cargo ou emprego, mister se faz a expedição de ato com vistas a atender essas exigências de ordem legal.

Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto que altera o Decreto n° 3.020, de 1975, na parte referente à categoria funcional de Inspetor Sanitário, bem como estabelece as normas de reescalonamento dos servidores já incluídos na mencionada categoria funcional.

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

Brasília, 26 de dezembro de 1980

WANDERVAL ALVES DA COSTA
Secretário-Substituto

(Publicado Decreto n° 5.760 de 30 de dezembro de 1980, em Suplemento a esta edição)

EXPOSIÇÃO DE MOVITO
N° 53/80-SEA

Excelentíssimo Senhor Governador:

De conformidade com o artigo 4° da minuta de decreto que aprova o Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, ora submetida à superior apreciação de Vossa Excelência, a constituição da Tabela de Pessoal do mencionado órgão dar-se-á observadas as seguintes providências:

- transposição ou transformação dos empregos da atual Tabela de Empregos Permanentes, observados os percentuais fixados na lotação; e
- criação de empregos permanentes a serem providos por candidatos admitidos em concurso público, nos casos em que a transposição for insuficiente para completar a lotação.

A criação dos referidos empregos, observada a norma supracitada, deverá ocorrer após a transposição ou transformação dos atuais empregos permanentes.

Por outro lado, nos termos do artigo 1° do Regimento do Conselho de Política de Pessoal-CPP e tendo em vista o que estabelece o artigo 2° do Decreto n° 5.389, de 12 de agosto de 1980, trata-se de matéria a ser apreciada por aquele Colegiado.

No entanto, considerando-se a inauguração do Terminal Rodoferroviário, faz-se imprescindível a autorização de Vossa Excelência, em caráter excepcional, no sentido de que a Administração da Estação Rodoviária de Brasília possa contratar, de imediato, dispensado o pronunciamento do Conselho de

Política de Pessoal, 80 (oitenta) servidores da Categoria Funcional de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos do total de 243 (duzentas e quarenta e três) vagas previstas na lotação.

Vale esclarecer que foram deduzidas 163 (cento e sessenta e três) vagas destinadas à transposição dos empregos ocupados por servidores da atual Tabela de Pessoal, e que a medida em apreço se reveste de urgência, pois os referidos empregos destinam-se a atender aos trabalhos de limpeza e conservação do Terminal Rodoferroviário.

Nestas condições, ao encaminhar o assunto à superior consideração de Vossa Excelência, anexo projeto de decreto que cria empregos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, da Tabela de Pessoal da Administração da Estação Rodoviária de Brasília.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

Brasília, 30 de dezembro de 1980

WANDERVAL ALVES DA COSTA
Secretário - Substituto

CONSELHO DE POLÍTICA DE PESSOAL

156ª REUNIÃO

PROCESSO Nº: 023.182/80
INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA
ASSUNTO: REESTRUTURAÇÃO DA TABELA DE PESSOAL
RELATOR: WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, adota a seguinte

RESOLUÇÃO

- Aprovar a proposta de reestruturação da Tabela de Pessoal da Administração da Estação Rodoviária de Brasília- AERB.
- Submeter a presente Resolução à Consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

Brasília, 23 de dezembro de 1980

ARMANDO RENAN D'ÁVILA DUARTE
Presidente

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Conselheiro

PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS
Conselheiro

ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Conselheiro

WANDERVAL ALVES DA COSTA
Conselheiro

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Conselheira

Homologo.

Em, 30 de dezembro de 1980

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Governador

SECRETARIA DE FINANÇAS

COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 32-CCIA/SEF

Dispõe sobre sorteios de prêmios do Concurso "Bolão Fiscal" e dá outras providências.

A COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO Á ARRECADAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29, da Portaria nº 09/80-SEF, de 06 de maio de 1980, e,

Considerando o resultado final da apuração procedida nos envelopes-cupom apresentados pelos concorrentes, nesta data;

Considerando que a concorrente ao Prêmio Especial teve anulado o único documento fiscal contido no mesmo, por não atender aos requisitos do Concurso;

Considerando, finalmente o Convênio assinado entre a Secretaria de Finanças do Distrito Federal e os Centros Comerciais Brasília,

RESOLVE:

1 — Determinar que a atribuição da importância de responsabilidade dos C.C.B., de Cr$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), referente a prêmios acumulados de IPTU, não distribuídos, seja feita mediante sorteio específico entre os premiados com esse imposto, conforme estabelece a Cláusula Quarta do referido Convênio.

2 — Declarar o concorrente OCTÁVIO HAMÚ XAVIER, habilitado a receber a importância de Cr$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros), de responsabilidade dos C.C.B. referente a prêmios acumulados de ICM/ISS, não distribuídos, conforme preceitua a alínea "a" do §2º, da Cláusula Segunda, do Convênio referido no item anterior.

3 — Sortear o Prêmio Especial do Concurso Bolão Fiscal, um automóvel Chevette, zero km, entre os contemplados no 10º Sorteio com Prêmios de ICM/ISS, em função da desclassificação da concorrente sorteada originalmente.

4 — Esta resolução entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 26 de dezembro de 1980

JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Presidente

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO
Membro

WALDEMAR MACHADO NETTO
Membro

CONCEIÇÃO APARECIDA DE OLIVEIRA E C. BARBOSA
Membro

PROCESSO Nº: 058.114/80
INTERESSADO: MANOEL SOARES MARQUES
Número Sorteado: 158.433
Endereço: QNO 05, Conjunto "A", Casa 25 — Taguatinga/DF.

DECISÃO

A COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, em sua 603ª (sexcentésima terceira) Reunião, realizada no dia 30 de dezembro de 1980, decidiu, por unanimidade de votos, homologar a documentação apresentada e considerar o Senhor MANOEL SOARES MARQUES habilitado a concorrer ao prêmio de IPTU, nos termos do voto do Relator.

Brasília, DF, 30 de dezembro de 1980
JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
ADONIAS DOS REIS SANTIAGO
CONCEIÇÃO APARECIDA DE OLIVEIRA E CASTRO BARBOSA
ANTONIO MENDES PATRIOTA
ADENOR DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DA RECEITA

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 38/80-DpR.

Aprova a Pauta de Valores Mínimos para efeito de cobrança do Imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias-ICM nas operações com gados bovino e suíno.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 544 do Regulamento do ICM aprovado pelo Decreto nº 3.992, de 13 de dezembro de 1977 e o Protocolo ICM 26/76, de 09 de janeiro de 1976, firmado entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás,

RESOLVE:

I - Aprovar a anexa Pauta de Valores Mínimos para as operações com gados bovino e suíno durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 1981.

II - Os valores previstos na Pauta ora aprovada servirão para fixação da base de cálculo do ICM nas saídas para fora do Distrito Federal, dos gados bovino e suíno, bem como para mensuração de crédito do imposto nas operações de aquisição e abate em estabelecimentos do gênero, obedecidas as reduções e normas de que tratam os artigos 317 e 331 do Regulamento do ICM e Portaria 08/78-SEF.

III - Esta Ordem de Serviço será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e terá vigência a partir de 1º de janeiro de 1981.

Distrito Federal, 23 de dezembro de 1980

JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Diretor

(Publicado em Suplemento à esta edição)

ORDEM DE SERVIÇO Nº 39/80-DpR/SEF

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 3º da Portaria nº 025 de 05 de dezembro de 1980.

RESOLVE:

Aprovar a anexa Tabela Prática de Coeficientes de Correção Monetária Aplicáveis a Débitos para com o Distrito Federal, com vigência para o mês de janeiro de 1981.

Publique-se.

Distrito Federal, 23 de dezembro de 1980

JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Diretor

Obs:

1) Valor corrigido do débito — Multiplicar o valor do débito pelo coeficiente correspondente ao mês/trimestre do seu vencimento.

2) Valor da Correção Monetária — Multiplicar o valor do débito pelo coeficiente correspondente ao mês/trimestre do seu vencimento diminuido de 1,000.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 1980

JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Diretor

(Publicado em Suplemento a esta edição)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

385 ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

RESOLUÇÃO Nº 066/80-CD-FCDF

Cria Empregos Permanentes e em Comissão nas Tabelas da Fundação Cultural do Distrito Federal e dá outras providências.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, nos termos das letras "d" e "e", do artigo 10, dos Estatutos da Entidade, promulgados pelo Decreto "N" nº 520, de 31.08.66, e tendo em vista a Resolução de 20.11.80 do Conselho de Política de Pessoal da Secretaria de Administração do Distrito Federal, homologada pelo Senhor Governador do Distrito Federal e o que consta no Processo nº 018.972/80-GDF

RESOLVE:

1 - Criar e incluir na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Cultural do Distrito Federal, 01 (um) Emprego de Administrador Geral do Teatro Nacional de Brasília, com o Símbolo EC-2;

2 - Criar e incluir na Tabela de Empregos Permanentes (TEP) da FCDF, os Empregos com denominações, níveis e quantidade, constantes do anexo I da presente Resolução, do qual passa a fazer parte integrante;

3 - Os empregos de que trata o item anterior são classificados no Grupo IV - Teatro Nacional de Brasília - TNB, da Tabela de Empregos Permanentes da FCDF;

4 - Os empregos referidos nos itens 2 e 3 poderão ser providos em caráter precário, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

5 - A Fundação Cultural apresentará aos órgãos técnicos das Secretarias de Governo e de Administração, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, exposição detalhada das estruturas funcional e organizacional necessárias ao funcionamento do Teatro Nacional, obedecidas as disposições preconizadas na Resolução Normativa nº 06, do Conselho de Política de Pessoal.

6 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em, 30 de dezembro de 1980
EURIDES BRITO DA SILVA
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
JOSE PEREIRA LIRA
MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL

RESOLUÇÃO Nº 066/80-CD-FCDF DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES - TEP

ANEXO I

Nº DE EMPREGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
	Grupo IV - Teatro Nacional de Brasília - TNB	
01	Engenheiro Civil	EP-19
01	Engenheiro Eletrônico	EP-19
01	Maquinista	EP-17
01	Eletricista	EP-17
01	Supervisor de Palco	EP-17
01	Iluminador	EP-17
01	Operador de Som	EP-16
01	Auxiliar de Operador de Som	EP-10
04	Telefonista	EP-02
02	Porteiro	EP-04
01	Indicador de Lugar	EP-03
02	Bilheteiro	EP-07
01	Costureira	EP-08
01	Camareira	EP-03
01	Auxiliar de Camareira	EP-01
01	Encarregado de Guarda-Roupa	EP-04
20	Serventes	EP-01
41		

385ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DECISÃO 559/80

PROCESSO Nº: 401.625/80-FCDF, em 30-12-80
INTERESSADO: DIVISÃO DO PESSOAL
ASSUNTO: O.I. 058/80-DP - Alteração do contrato de trabalho de servidores da FCDF.

O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, Dr. CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA,

DECIDE:

Por unanimidade, com fundamento no Parecer nº 10/80-FCDF do Advogado da Fundação Cultural, autorizar a alteração contratual, na forma sugerida no O.I., nº 058/80 da Divisão do Pessoal.

EURIDES BRITO DA SILVA
Presidente

JOSE PEREIRA LIRA
Conselheiro

HERBERTO DE AZEVEDO SALES
Conselheiro

VICENTE JUARIMBU SALLES
Conselheiro

GUY MARIE DE CASTRO BRANDÃO
Conselheiro

MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL
Conselheira

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
Diretor Executivo

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DF., no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "a", do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARGARIDA FUNDÃO BARCELLOS, Socióloga, matrícula 8694, Código NS-720.4, Classe "A", Ref. 33, Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir TEREZINHA PARENTE DE PINHO, Gerente de Projeto da Gerência de Assist. Social, matrícula 3599, Código DAS-101.1, por motivo de férias regulamentares, no período de 05.01.81 à 03.02.81.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 1980

JORGE ALBERTO DE ALMEIDA LOPES
Secretário - Substituto

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO N° 77/80

Autoriza a celebração de convênio entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP —

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no Processo n° 441.434/80-FSSDF,

RESOLVE:

Autorizar a celebração de convênio entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — até 31.12.81, tendo por objetivo a administração das obras de reforma e ampliação dos Centros de Assistência ao Menor, Centros de Desenvolvimento Social e Centro de Iniciação Profissional do Menor "Granja das Oliveiras", conforme termos do processo supracitado.

Brasília, 09 de dezembro de 1980

GILMAR SOBRAL
Presidente-Substituto

OSWALDO PUGLIA

DELÇON BOSCO DE CARVALHO

NESTOR PUGA WANDERLEY

LENIR FIDELIS RECK

RESOLUÇÃO N° 81/80

Reajusta o valor do "per capita" diário relativo ao Projeto 1.173-SIAMIG - Serviços Integrados de Assitência a Migrantes, Subprojeto 1.173.02 - Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes, operacionalizado por esta Fundação.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no Processo número 441.523/80-FSSDF,

RESOLVE:

Reajustar, na forma do Anexo desta Resolução o valor do "per capita" diário relativo ao Projeto 1.173 - SIAMIG — Serviços Integrados de Assistência a Migrantes, Subprojeto 1.173.02 — Centro de Triagem e Encaminhamento a Migrantes.

2 — As despesas com o custeio do reajuste ora concedido, correrão à conta das dotações constantes do Orçamento Interno por Programas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício de 1981.

3 — Os efeitos desta Resolução passam a vigir a partir de 1° de janeiro de 1981.

Brasília, 11 de dezembro de 1980

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Presidente

DELÇON BOSCO DE CARVALHO

ARABELA ROTA CHIARELLI

NESTOR PUGA WANDERLEY

OSWALDO PUGLIA

GILMAR SOBRAL

GLAUCIA MARINHO SOUTO

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 81/80.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DE "PER CAPITA" ATUAL E PROPOSTOS RELATIVOS A ATENDIMENTOS DE MIGRANTES ATRAVÉS CONVÊNIOS COM ENTIDADES SOCIAIS PRIVADAS

PROJETO: 1.173 - SIAMIG - SERVIÇOS INTEGRADOS DE ASSISTÊNCIA A MIGRANTES
SUBPROJETO: 1.173.02 - CENTRO DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO DE MIGRANTES

TIPO DE ATENDIMENTO	NÚMERO DE VAGAS	TIPO DA DESPESA	VALOR ATUAL (ATÉ 31.12.1980)	VALORES PROPOSTOS	
				DE 01.01.81 a 30.06.81	DE 01.07.81 a 31.12.81
ALBERGAMENTO	200/dia	"Per capita" diário	70,00	100,00	140,00

RESOLUÇÃO N° 82/80.

Autoriza a firmatura do Primeiro Termo de Prorrogação ao Convênio n° 66/79, celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no Processo n° 441.524-80-FSSDF,

RESOLVE:

Autorizar a firmatura do Primeiro Termo de Prorrogação ao Convênio n° 66/79, celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretária de Serviços Sociais do Distrito Federal, e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, em 28.12.79, objetivando prorrogar o prazo de vigência do convênio em referência até 30.06.81, conforme termos do processo supramencionado.

Brasília, 11 de dezembro de 1980.

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Presidente

DELÇON BOSCO DE CARVALHO

NESTOR PUGA WANDERLEY

GLAUCIA MARINHO SOUTO

ARABELA ROTA CHIARELLI

OSWALDO PUGLIA

GILMAR SOBRAL

RESOLUÇÃO N° 83/80

Reajusta o valor do "Auxilio Social" a ser concedido às Mães Crecheiras relativos a operacionalização do Projeto 1.176-SIAPEC — Serviços Integrados de Assistência ao Pré-Escolar Carente, Subprojeto 1.176.02 — Cuidados Permanentes Diurnos em Ambiente Familiar/CRÉCHES DOMICILIARES, desta Fundação.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no Processo n° 440.603/80-FSS/DF,

RESOLVE:

Reajustar, na forma do Anexo desta Resolução do valor do "Auxílio Social" a ser pago às Mães Crecheiras pelo atendimento por menor em Creches Domiciliares, atividade integrante do Projeto 1.176-SIAPEC, Subprojeto 1.176.02 — Cuidados Permanentes Diurnos em Ambiente Familiar/Creches Domiciliares, operacionalizado por esta Fundação.

2 — As despesas com o custeio do reajuste ora concedido correrão à conta das dotações constantes do Orçamento Interno por Programas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício de 1981.

3 — Os efeitos desta Resolução passam a vigir a partir de 1° de janeiro de 1981.

Brasília, 11 de dezembro de 1980

DAVID LUIZ BOIANOVSKY
Presidente

DELÇON BOSCO DE CARVALHO
GLAUCIA MARINHO SOUTO
NESTOR PUGA WANDERLEY
GILMAR SOBRAL
OSWALDO PUGLIA ARABELA ROTA CHIARELLI

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 83/80.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DE AUXÍLIO SOCIAL ATUAL E PROPOSTOS, DESTINADOS A MÃES CRECHEIRAS

PROJETO: 1.176 - SIAPEC - SERVIÇOS INTEGRADOS DE ASSISTÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR CARENTE
SUBPROJETO: 1.176.02 - CUIDADOS PERMANENTES DIURNOS EM AMBIENTE FAMILIAR/CRECHES DOMICILIARES

TIPO DE ATENDIMENTO	NÚMERO DE VAGAS	TIPO DE DESPESA	VALOR ATUAL (ATÉ 31.12.80)	VALORES PROPOSTOS DE 01.01.81 a 30.06.81	VALORES PROPOSTOS DE 01.07.81 a 31.12.81
CRECHES DOMICILIARES	1.552	Auxílio Social - Mensal - por criança.	650,00	912,00	1.107,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980

O SECRETARIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "a", do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JOEL NAVES DE CARVALHO, Técnico de Administração, matrícula 09.803-5, Código NS.715.B, Ref 45, Quadro de Pessoal do DF, para substituir, JACIRA MACIEL DE AQUINO, Chefe da Seção de Controle de Obras Regionais/DCO/DPCO, matrícula 18.274-5 Símbolo FC-03, por motivo de férias regulamentares do titular no período de 18.12.80 a 16.01.81.

Brasília-DF., 16 de dezembro de 1980

JOSE CARLOS MELLO
Secretario

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, ítem IX, do Estatuto Social da Empresa, e tendo em vista o constante do O.I. n° 180/80-SETRAN-DO,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor JOSÉ ARTEIRO DE SOUZA, matrícula n° 54.319, Agente Administrativo — Ref. 27, para responder pelo Emprego em Comissão Símbolo EC-10, de Encarregado de Abastecimento e Lubrificação, da Divisão de Máquinas/DEMA/DAF, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05.01.81 a 03.02.81.

Brasília, 16 de dezembro de 1980

EDISON GROSSI DE ANDRADE
Diretor Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 124/80-CA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 21 do Estatuto Social da Empresa e,

CONSIDERANDO a proposta de reorganização administrativa da NOVACAP, bem como o seu conteúdo de modernização;

CONSIDERANDO a necessidade de redimencionar a Companhia com vistas a desburocratização dos seus Serviços,

RESOLVE:

1. Aprovar o Regimento Interno da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, juntamente com o seu Organograma e Tabela Provisória de Empregos em Comissão, anexo I, de conformidade com a proposta elaborada pela Diretoria.

2. A Diretoria dará cumprimento ao disposto no item XI do artigo 25 do Estatuto Social, submetendo as alterações da Tabela Provisória de Empregos em Comissão ao Conselho de Política de Pessoal da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

3. Em decorrência do item I, ficam extintos os demais Empregos em Comissão que não itegram a Tabela Provisória, bem como as Unidades Orgânicas que não constam do novo Regimento Interno.

4. Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução entrarão em vigor a partir de 1° de janeiro de 1981.

5. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1980

JOSÉ CARLOS MELLO
Presidente

EDISON GROSSI DE ANDRADE DJAURO RAMOS DE OLIVEIRA

JOSÉ ALVES COUTINHO JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO

RENATO HOMERO CUNHA SANCHES RUBENI TORRENTS PEREIRA

(Publicado o Regimento em suplemento a esta edição, em formato de minitablóide)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 178 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1980

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto número 3.078, de 03 de dezembro de 1975, e tendo em vista o constante do Ofício n° /057/80-3° D.R.

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, e item I do artigo 2° do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979, CELSO ROBERTO MACHADO PINTO, Engenheiro Assistente do 3° Distrito Rodoviário, matrícula 92.614 Símbolo EC-03 Classe "C" Ref. 52 da Tabela de Pessoal/DER-DF, para substituir GENESIO ANACLETO TOLENTINO, Engenheiro Chefe do 3° Distrito Rodoviário matrícula 90.860, Código LT-DAS-101.2 por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 05 de janeiro à 03 de fevereiro de 1981.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 1980
JULIO XAVIER RANGEL
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 180 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1980.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto número 3.078, de 03 de dezembro de 1975, e tendo em vista o constante do Ofício n° 044/80-2° D.R.

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1° e item I do artigo 2° do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MILITAO DA SILVA BASTOS JUNIOR, Assistente do 2° Distrito Rodoviário, matrícula 92.701, Símbolo EC-03 Classe "C" Ref. 52 da Tabela de Pessoal/DER-DF, para substituir LIBENCIO SALOMAO DE DEUS MUDIM, Engenheiro Chefe do 2° Distrito Rodoviário, matrícula 92.814, Código LT-DAS-101.2 por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 05 de janeiro à 03 de fevereiro de 1981.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 1980

JULIO XAVIER RANGEL
Diretor Geral

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº 183 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto número 3.078, de 03 de dezembro e 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, SÉRGIO HESKETH DE SALLES, Assistente da Divisão de Administração, matrícula 93.089, Símbolo EC-04 TEC/DER-DF, para substituir ANTONIO NETO DE GODOI, Diretor da Divisao de Administração, matrícula 1.855, Código DAS-101.1, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 05 de janeiro a 03 de fevereiro de 1981.

Brasília-DF, 19 de dezembro de 1980.

JULIO XAVIER RANGEL
Diretor-Geral

PROCESSO Nº: 360387/80
INTERESSADO: ELIAS DE OLIVEIRA CASTRO
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

DESPACHO:

Face ao que consta do presente processo, RECONHEÇO a dívida no valor de Cr$ 22.561,00 (Vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros), a favor do servidor ELIAS DE OLIVEIRA CASTRO, relativa a pagamento de diferença de salários, nos termos do artigo 1º. § único, inciso III, do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração/DER-DF.

Brasília, 19 de dezembro de 1980

JULIO XAVIER RANGEL
Diretor-Geral

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA - AERB

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 100/80-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA-AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, artigo 17 do Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 2.900 de 19 de maio de 1975, combinado com inciso 11, parágrafo 2º, artigo 40 do Decreto nº 4.515, de 28 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

RECONHECER A DÍVIDA no valor de Cr$ 3.756,72 (três mil setecentos e cinquenta e seis cruzeiros e setenta e dois centavos), a favor da TELEBRASÍLIA, referente a fatura nº 79080983/A, correspondente ao mês de agosto de 1979.

Brasília, 30 de dezembro de 1980

JOAQUIM ARANTES NETO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 101/80-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA-AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, artigo 17 do Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 2.900 de 19 de maio de 1975, combinado com inciso 11, parágrafo 2º artigo 40 do Decreto nº 4.515 de 28 de dezembro de 1978,

RESOLVE:

RECONHECER A DÍVIDA no valor de Cr$ 386.760,08 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e sessenta cruzeiros e oito centavos) a favor da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, referente às faturas B - 258508 e B - 258509, correspondentes aos meses de agosto e setembro 79.

Brasília, 30 de dezembro de 1980
JOAQUIM ARANTES NETO
Superintendente

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇAO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇAO DE SERVIÇO "P" Nº 189 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1980

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o item IX, do artigo 26, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Revogar a Instrução de Serviço "P" nº 169, de 21.11.80, que designou o Senhor RODOLFO NOGUEIRA, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-07, de Encarregado de Campo, da Divisão de Mecanização Agrícola, do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola.

ALCEU SANCHES
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 405 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1980

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131 — VII do Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979, e tendo em vista o que consta no Processo nº 327/80-SCDP/SEP,

RESOLVE:

CONCEDER à firma CANDIDA HELENA FRANCISCA DOS SANTOS, estabelecida na Quadra 07, Lote 08, Setor Leste Comercial — Gama/DF., REGISTRO para funcionar com RESTAURANTE DANÇANTE, naquele local, no horário de 20:00 às 03:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor, inclusive a de não manter divisões, biombos ou meias-portas com o fim de criar dependências isoladas ou reservadas, salvo as que se prestem a fins decorativos ou a separação de áreas de serviço, e nem cômodos em seu interior ou comunicação direta com os que existirem em seu exterior.

A PRESENTE PORTARIA TEM VALIDADE ATE 31 DE MARÇO DE 1981

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1980
PAULO AZAMBUJA DE OLIVEIRA
Secretário

(DAR — Cr$ 427,00)

PROCURADORIA GERAL

ATOS DO PROCURADOR GERAL

PORTARIA PRG Nº 131/80, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1980

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência atribuida no artigo 2º do Decreto nº 5.187, de 08 de abril de 1980, combinado com o artigo 31, inciso V, do Regimento da Procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto nº 4.591, de 08 de março de 1979,

RESOLVE:

Fixar em 60% (sessenta por cento) o percentual da Gratificação de Produtividade que concede aos Procuradores do Distrito Federal, integrantes do Grupo - Serviços Jurídicos previsto na Sistemática de Classificação da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, durante o próximo semestre, ressalvado o disposto no artigo 2º, **in fine**, do Decreto nº 5.187, de 08 de abril de 1980, anteriormente mencionado.

Publique-se

Brasília, 29 de dezembro de 1980

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

PORTARIA PRG 132/80, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980.

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977,

RESOLVE:

Autorizar, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 3.857, de 19.09.77, o acréscimo da Jornada de Serviço, de 2 (duas) horas suplementares diárias, no período de 05.01 a 03.02.81, ao servidor WALMIR ARAÚJO BARRETO, Motorista Oficial, Código TP-601.A, Referência 15, matrícula nº 02.961-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Publique-se.

Brasília, 30 de dezembro de 1980.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador-Geral

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SALÁRIO FAMÍLIA - CONCESSÃO

DESPACHO: CONCEDO, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, SALÁRIO-FAMÍLIA AO(S) FUNCIONÁRIO(S) CONSTANTE(S) DA RELAÇÃO ABAIXO A PARTIR DA DATA MENCIONADA, PELO DEPENDENTE RESPECTIVAMENTE INDICADO, DEVENDO O PAGAMENTO ATRASADO, QUANDO OCORRER A HIPÓTESE, SER REQUERIDO POR EXERCÍCIO FINDO, TUDO DE CONFORMIDADE COM A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA.

MATRIC.	NOME DO FUNCIONÁRIO	NOME DO DEPENDENTE	DATA DE NASCIMENTO	GRAU DE PARENTESCO	A PARTIR DE
04.030	JOAQUIM FERNANDO SOARES ALONSO	Marlene Soares Alonso	10-03-46	Esposa	DEZ/80
		Andre Luiz Soares Alonso	23-09-66	Filho	DEZ/80
		Marcia Cristina Soares Alonso	04-09-68	Filha	DEZ/80
		Daniel Vitor Soares Alonso	03-04-77	Filho	DEZ/80
17.231	JEMINIANO SOARES DE JESUS	Cassius Petterson Alves de Jesus	28-10-80	Filho	OUT/80
18.809	ELIANE DORNFELD DE ALMEIDA	Taysa Dornfeld de Almeida	26-11-79	Filha	JAN/80
03.840	DOMINGOS BARBOSA GOMES	Cidnéia Urcino Gomes	15-12-80	Filha	DEZ/80

Brasília-DF., 29 / dezembro / 1980

EDSON RODRIGUES DE BARROS
Chefe da Seção de Pessoal-DAG-PRG

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMOS REGISTRADOS NA 1a. SPRG, DISPENSADOS DE PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DECRETO Nº 78.382/76.

RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº : 016918/80
PARTES : DF x LEYLAH BOMFIN DE OLIVEIRA
OBJETO : RESSARCIMENTO POR DANOS CAUSADOS EM POSTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
PRAZO : 05 (CINCO) MESES
VALOR : Cr$ 23.247,90 (VINTE E TRÊS MIL,DUZENTOS E QUARENTA E SETE CRUZEIROS E NOVENTA CENTAVOS)
FORMA DO RESSARCIMENTO: 05 (CINCO) PARCELAS NO VALOR DE Cr$ 4.649,58 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE CRUZEIROS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) MENSAL, A PARTIR DE 30 (TRINTA) DE JANEIRO DE 1980.

VISTO
EM 29/12/1980

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

Brasília, 26 de dezembro de 1980.

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos
e Convênios - DAA/1.º SPRG - Cbmfe

TERMOS REGISTRADOS NA 1a. SPRG, DISPENSADOS DE PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DECRETO Nº 78.382/76.

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL

BANCA DE JORNAIS E REVISTAS

PROCESSO Nº : 013823/80
OCUPANTE : FERNANDO DOS SANTOS MENEGASSI
OBJETO : OCUPAÇÃO DA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS - DA SQN.105
PRAZO : 24 (VINTE E QUATRO MESES) A PARTIR DA ASSINATURA
VALOR : Cr$ 620,00 (SEISCENTOS E VINTE CRUZEIROS) MENSAL
CAUÇÃO : Cr$ 664,80 (SEISCENTOS E SESSENTA E QUATRO CRUZEIROS E OITENTA CENTAVOS)

PROCESSO Nº : 015428/80
OCUPANTE : JOSÉ ARILTON DE LUCENA
OBJETO : OCUPAÇÃO DA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS-DA QE - 12 GUARÁ "I"
PRAZO : 24 (VINTE E QUATRO)MESES A PARTIR DA ASSINATURA
VALOR : Cr$ 421,60 (QUATROCENTOS E VINTE E UM CRUZEIROS E SESSENTA CENTAVOS) MENSAL
CAUÇÃO : Cr$843,30 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS CRUZEIROS E TRINTA CENTAVOS)

PROCESSO Nº : 020937/80
OCUPANTE : MARIA DA PENHA MENDES DE SOUZA
OBJETO : OCUPAÇÃO DA BANCA DE JORNAIS E REVISTAS - DA QE - 24 GUARÁ "II"
VALOR : CR$ 509,40 (QUINHENTOS E NOVE CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS) MENSAL
CAUÇÃO : Cr$ 843,30 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS CRUZEIROS E TRINTA CENTAVOS)
PRAZO : 24 (VINTE E QUATRO) MESES A PARTIR DA ASSINATURA

PROCESSO Nº : 020091/80
OCUPANTE : JUARINA FERREIRA DE AGUIAR NUNES
PRAZO : 24 (VINTE E QUATRO) MESES A PARTIR DA ASSINATURA
VALOR : Cr$ 2.546,70 (DOIS MIL,QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS)MENSAL
CAUÇÃO : Cr$ 2.546,70 (DOIS MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SEIS CRUZEIROS E SETENTA CENTAVOS)

VISTO
EM 29/12/1980

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

Brasília, 26 de dezembro de 1980.

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos
e Convênios - DAA/1.º SPRG - Cbmfe

TERMOS REGISTRADOS NA 1a. SPRG, DISPENSADOS DE PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DECRETO Nº 78382/76.

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

PROCESSO Nº : 300313/80
OCUPANTE : BAR E LANCHONETE TUPÃ LTDA
OBJETO : OCUPAÇÃO DO BOX 1.14 - DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA, DESTINADO À EXPLORAÇÃO DO RAMO DE BAR E LANCHONETE
PRAZO : 22(VINTE E DOIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA
VALOR : CR$ 20.133,79 (VINTE MIL,CENTO E TRINTA E TRES CRUZEIROS E SETENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAL.
CAUÇÃO : CR$ 80.535,16(OITENTA MIL,QUINHENTOS E TRINTA E CINCO CRUZEIROS E DEZESSEIS CENTAVOS)

PROCESSO : 300.500/80
OCUPANTE : GELU - BAR E PASTELARIA LTDA
OBJETO : OCUPAÇÃO DO BOX 3.27 - DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA, DESTINADO AO COMÉRCIO DE BAR E LANCHONETE.
PRAZO : 22(VINTE E DOIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA
VALOR : CR$ 15.784,05(QUINZE MIL,SETECENTOS E OITENTA E QUATRO CRUZEIROS E CINCO CENTAVOS) MENSAL
CAUÇÃO : CR$ 68.479,00(SESSENTA E OITO MIL,QUATROCENTOS E SETENTA E NOVE CRUZEIROS)

OCUPAÇÃO PISCINA

PROCESSO Nº : 280.878/80
OCUPANTE : LIONS CLUBE DE BRASÍLIA-SUL
OBJETO : OCUPAÇÃO DA PISCINA COBERTA DO CENTRO DESPORTIVO "PRESIDENTE MÉDICI"
PRAZO : 02(DOIS) DIAS
VALOR : CR$ 107.859,60(CENTO E SETE MIL,OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE CRUZEIROS E SESSENTA CENTAVOS)

VISTO
EM 29/12/1980

JÚLIO CÉSAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

Brasília, 26 de dezembro de 1.980

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos
e Convênios - DAA/1.º SPRG - Cbmfe

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - FENAME; TENDO COMO INTERVENIENTE A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO - ENSINO FUNDAMENTAL 1980, BEM COMO PROVER O ALUNADO DE 1º GRAU DA REDE OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, DOS LIVROS NECESSÁRIOS A UM MELHOR RENDIMENTO ESCOLAR.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pela Professora EURIDES BRITO DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, na qualidade de Secretária de Educação e Cultura, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 011.902/80, e do outro, a FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR, doravante denominada simplesmente FENAME, neste ato representada por seu Diretor-Executivo MILTON DURCO PEREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, tendo como interveniente a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada FUNDAÇÃO, no ato representada por JOALDOMAR COMES ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Diretor-Executivo daquele Órgão, autorizado pela Resolução nº 367, de 20 de agosto de 1980, do Conselho Diretor da FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - A FENAME para a execução do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental 1980, resolve adotar os critérios abaixo relacionados, os quais deverão ser cumpridos pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura: a) O Programa visa ao atendimento de alunos das 4 (quatro) primeiras séries do Ensino Fundamental, com prioridade para aqueles carentes de recursos financeiros; b) os livros devem ser distribuídos exclusivamente nas Escolas da Rede Oficial; c) cada aluno deverá receber no máximo 05 (cinco) livros. CLÁUSULA SEGUNDA - Cabe ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, avaliar e selecionar, dentre os títulos constantes da "Relação dos Livros Didáticos Indicados para Coedição-PLIDEF 78/79/80, os mais adequados ao trabalho educativo em suas áreas, levando-se em consideração as necessidades e peculiaridades locais. PARÁGRAFO ÚNICO - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, deverá constituir e nomear uma Comissão de Avaliação, para análise e seleção de Livros que deverão ser adotados no Distrito Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - A FENAME obriga-se a entregar 493.700 (Quatrocentos e noventa e três mil e setecentos) livros, correspondente à quantidade estipulada no Documento Básico-Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental (PLIDEF), para o ano letivo de 1980, no Distrito Federal. CLÁUSULA QUARTA - A FENAME poderá alterar o número de exemplares destinados ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos da Cláusula Terceira deste Convênio, se razões de ordem administrativa e/ou financeira assim o exigirem, notificando-o antecipadamente, para que tal modificação seja objeto de Termo Aditivo. CLÁUSULA QUINTA - Cabe ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, elaborar o Plano de Distribuição dos livros didáticos a serem enviados pela FENAME, atendendo aos critérios estabelecidos na Cláusula Primeira do presente Convênio às recomendações do Documento Básico Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental, e às necessidades de caráter regional PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Plano de Distribuição deverá ser elaborado de acordo com as normas anexas à Tabela Modelo 1 e 2 - Seleção de Livros por Unidade Federada - PLIDEF. PARÁGRAFO SEGUNDO - Do total de livros destinados ao Distrito Federal, a Secretaria de Educação e Cultura poderá destinar até 10% (dez por cento) desse total para a Reserva Técnica, a fim de atender a explosão de matrículas e beneficiar as Bibliotecas Públicas, apresentando à FENAME, até a data de 30.12.80, o Relatório da Distribuição dos Livros da referida Reserva. CLÁUSULA SEXTA - Os livros a serem entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, tem o valor estimado em Cr$ 21.229.100,00 (Vinte e um milhões, duzentos e vinte e nove mil e cem cruzeiros). CLÁUSULA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, obriga-se a participar do Programa do Livro Didático Ensino Fundamental, com recursos financeiros, em contraprestação aos livros que vier a receber, consoante à Cláusula Terceira deste Convênio, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa e ao desenvolvimento progressivo do Fundo Nacional do Livro Didático. CLÁUSULA OITAVA - A contrapartida mínima, estabelecida pelo FENAME, conforme consta no Documento Básico PLIDEF, tem o valor de Cr$ 2.586.988,00 (Dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito cruzeiros), valor este, que poderá ser acrescido pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, conforme suas disponibilidades de recursos financeiros. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Do montante global da contrapartida, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura depositará 90% (noventa por cento) em favor da FENAME, sob o seguinte título: 31.201,66 - DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS - À VISTA - GOVERNO FEDERAL - OUTRAS CONTAS - MEC-FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - C/150.712-5 AGÊNCIA CENTRO - BANCO DO BRASIL S/A - RIO DE JANEIRO, e transferirá os 10% (dez por cento) restante, a serem retidos no DISTRITO FEDERAL, à FUNDAÇÃO, depositando-os em conta especial, em estabelecimento de Crédito Oficial. PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Recursos para fazer face às despesas do presente Convênio são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício, Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, vinculado ao Projeto SEC-1.081 - PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO, à conta do ELEMENTO: 3.2.2.0 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS, conforme Notas de Empenho Nºs 129/80-SEC e 196/80-SEC, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura, nos valores de Cr$ 2.328.289,20 (Dois milhões trezentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e nove cruzeiros e vinte centavos) e Cr$ 258.698,80 (Duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa e oito cruzeiros e oitenta centavos), em nome da FENAME e da FUNDAÇÃO, respectivamente. PARÁGRAFO TERCEIRO - A FUNDAÇÃO poderá movimentar a referida conta de acordo com o Plano de Aplicação elaborado pela Coordenação do Livro Didático e aprovado pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, posteriormente, o mesmo deverá ser submetido à apreciação da FENAME. PARÁGRAFO QUARTO - O Plano de Aplicação ora mencionado, deverá prever somente despesas com a execução do Programa do Livro Didático. PARÁGRAFO QUINTO Finda a execução deste Convênio (31.12.80), a FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura do cumprimento efetivo do Plano de Aplicação dos recursos transferidos, sendo que este último encaminhará à FENAME, a referida prestação de contas, com a respectiva conferência a visto. PARÁGRAFO SEXTO - O não cumprimento do Plano de Aplicação, acarretará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, a obrigação de depositar o valor total dos recursos retidos, na conta da FENAME, especificada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula. PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso haja saldo na aplicação dos recursos retidos pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, ficará o mesmo obrigado a reaplicá-lo no Programa seguinte. CLÁUSULA NONA - Fica expressamente proibida a venda de Livros do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental, e dos Programas anteriores destinados ao DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, deverá dar continuidade à implantação progressiva do Banco do Livro. Em 1980, será obrigatória a implantação, no mínimo em 30% (trinta por cento) das Escolas de Primeiro Grau atendidas pelo PLIDEF. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através do Complexo SLC/FEDF obriga-se a propiciar condições de execução do Programa do Livro Didático, do DISTRITO FEDERAL, à Coordenação responsável pelo desenvolvimento/acompanhamento e pela avaliação do mesmo, no que se refere a: a) Recursos Humanos, materiais e financeiros; b) colaboração de outros setores da Secretaria de Educação e Cultura e em especial da Equipe de Currículo; c) passagens e diárias à Coordenação do Livro

Didático do Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da SEC/FEDF se obriga a realizar "Curso de Atualização de Professores para utilização do Livro Didático" aos Educadores das localidades selecionadas para receberem os Livros do Programa. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A FENAME poderá fiscalizar, sem prévia notificação, a fiel observância do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental, no DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, obriga-se a cumprir os prazos estabelecidos no Cronograma divulgado pela FENAME. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Qualquer infrigência por parte do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, às Cláusulas do presente Convênio, importará no seu cancelamento total ou parcial, suspendendo-se, a critério da FENAME, a validade de medidas consertadas para ulterior execução. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um Executor para o presente Convênio, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA - O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas do DISTRITO FEDERAL, expirando-se em 31 de dezembro de 1980, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasilia, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Ceral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
EURIDES BRITO DA SILVA

PELA FENAME : (as.) _____
MILTON DURÇO PEREIRA

PELA FUNDAÇÃO : (as.) _____
JOALDOMAR GOMES ALMEIDA

TESTEMUNHAS : (as.) _____

: (as.) _____

VISTO
EM 30/12/1980
JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

CONVÊNIO Nº 77 /80, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA METROPOLITANA-COMERCIAL-SUL, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no art.20 do Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, e do outro, o BANCO DO BRASIL S/A, Agência Metropolitana-Comercial-Sul, com sede no Setor Comercial Sul, Edifício Serra Dourada-Bloco "C" Lojas 6/7, doravante denominado simplesmente BANCO, no ato representado pelo Gerente JOAQUIM PEREIRA SOBRINHO e pelo Gerente-Adjunto WALDEMAR CURSINO DE MORAES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CPFs nºs 074062318-49 e 003058123-00, matrículas nºs 5.056.930-9 e 9.596.840-7, respectivamente, resolvem firmar este Convênio, com fundamento no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento, obriga-se o BANCO a arrecadar diretamente dos contribuintes, as receitas de competência do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Financas, bem como receber documentos que representem, ou não, arrecadação efetiva de receitas de interesse do DISTRITO FEDERAL, solicitados pela Secretaria de Finanças, dentro dos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - A Sistemática a ser obedecida pelo BANCO compreenderá: I) autenticação mecânica em todas as vias dos documentos de arrecadação, que identifique o BANCO, a máquina utilizada, o número da operação, data e a quantia recebida; II) emissão, ao final de cada dia do Boletim Diário de Recolhimento (DDR), em 03 (três) vias, do qual constarão as informações exigidas pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, independentemente de ter havido recolhimento de receitas, o qual deverá ser entregue, juntamente com os documentos, porventura existentes, ao órgão controlador daquela Secretaria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento; III) encaminhamento ao órgão controlador, mensalmente, do Boletim de Transferência (BT), acompanhado de duas vias do extrato de conta relativa ao período de transferência, ao Banco Regional de Brasília S/A; IV) manter a disposição dos órgãos encarregados da fiscalização do sistema, registros, livros, documentos aptos a verificação necessária; V) responder pela ação ou omissão dos seus prepostos e empregados, no processo de arrecadação e recolhimento das receitas, bem como pela segurança dos valores e documentos entre o ato do recebimento e o da sua entrega aos setores competentes; VI) indicar por escrito o nome de um encarregado pelo relacionamento de cada estabelecimento do BANCO, junto ao órgão controlador da repartição fiscal; VII) cumprir as normas disciplinadoras do sistema de arrecadação Bancária, consubstanciadas na legislação pertinente que passarão a integrar este convênio, como se nele transcritas fossem. CLÁUSULA TERCEIRA - A quantias arrecadadas nos termos da Cláusula Primeira, serão registradas pelo BANCO, diariamente em conta transitória sem juros, aberta sob o título contábil "DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS À VISTA-GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL-CONTA ARRECADAÇÃO", cujo saldo será transferido para o Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, conforme estabelece a Cláusula seguinte. CLÁUSULA QUARTA - Até o dia 15 de cada mês ou no 1º dia útil subsequente àquele, o BANCO recolherá, sem qualquer ônus, ao Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, o saldo existente no último dia do mês anterior na conta mencionada na Cláusula Terceira. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO, na qualidade de agente arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos ou outros elementos consignados pelos contribuintes nos documentos de arrecadação. CLÁUSULA SEXTA - O BANCO que por motivos não justificáveis, descumprir quaisquer das cláusuals deste instrumento ou as solicitações formais do Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças quanto à sua execução, fica sujeito a ser declarado inidôneo para transacionar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976. CLÁUSULA SÉTIMA - A natureza das receitas, cuja arrecadação será autorizada ao BANCO, será especificada pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - A arrecadação, expirado o prazo regulamentar, fica condicionada a aposição de visto nos documentos próprios, pela repartição fiscal competente e ao recebimento dos acréscimos que lhe forem correspondentes. PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento de tributos em atraso, sem o visto da repartição fiscal competente implica na responsabilidade do BANCO pelos acréscimos legais devidos. CLÁUSULA NONA - A liquidação dos cheques correspondentes às receitas do DISTRITO FEDERAL é de exclusiva responsabilidade do BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Os serviços objeto deste Termo serão prestados pelo BANCO, sem qualquer ônus para o DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, manterá o BANCO informado quanto aos prazos regulamentares de vencimento dos tributos, modelos e espécies de documentos adotados e expedirá as instruções normativas pertinentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Às partes é facultado a qualquer tempo, denunciar o presente instrumento, por escrito, produzindo efeito após trinta(30) dias da sua formulação, sem que o uso dessa faculdade dê direito à indenização de qualquer natureza. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou es

tipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete)vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELO BANCO (as.)_____
JOAQUIM PEREIRA SOBRINHO

(as.)_____
WALDEMAR CRUSINO DE MORAES

(as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA

TESTEMUNHAS
VISTO
EM 30/12/1980 (as.)_____
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO
JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

ep/

CONVÊNIO Nº 078 /80, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA METROPOLITANA SIA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no art. 20 do Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, e do outro, o BANCO DO BRASIL S/A, Agência Metropolitana-SIA, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Trecho 2, lote nº 365 em Brasília-DF, no ato representado pelo Gerente ANTÔNIO MARCOS CALCAGNO CICCI e pelo Gerente-Adjunto FERNANDO NASSER DE SOUZA, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CPFs nºs. 012.468.606-00 e 075.049.268-68 e Matrículas nºs. 1.021.980.3 e 3.261.280, respectivamente, resolvem firmar este Convênio, com fundamento no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento, obriga-se o BANCO a arrecadar diretamente dos contribuintes, as receitas de competência do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, bem como receber documentos que representem, ou não, arrecadação efetiva de receitas de interesse do DISTRITO FEDERAL, solicitados pela Secretaria de Finanças, dentro dos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - A sistemática a ser obedecida pelo BANCO compreenderá: I) autenticação mecânica em todas as vias dos documentos de arrecadação, que identifique o BANCO, a máquina utilizada, o número da operação, data e a quantia recebida; II)emissão, ao final de cada dia do Boletim Diário de Recolhimento (DDR), em 03 (três) vias, do qual constarão as informações exigidas pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, independentemente de ter havido recolhimento de receitas, o qual deverá ser entregue, juntamente com os documentos, porventura existentes, ao órgão controlador daquela Secretaria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento; III) encaminhamento ao órgão controlador, mensalmente, do Boletim de Transferência (BT), acompanhado de duas vias do extrato de conta relativa ao período da transferência, ao Banco Regional de Brasília S/A;IV) manter a disposição dos órgãos encarregados da fiscalização do sistema, registros, livros, documentos aptos a verificação necessária; V) responder pela ação ou omissão dos seus prepostos e empregados, no processo de arrecadação e recolhimento das receitas, bem como pela segurança dos valores e documentos entre o ato do recebimento e o da sua entrega aos setores competentes; VI) indicar por escrito o nome de um encarregado pelo relacionamento de cada estabelecimento do BANCO, junto ao órgão controlador da repartição fiscal; VII) cumprir as normas disciplinadoras do sistema de arrecadaçao Bancária, consubstanciadas na legislação pertinente que passarão a integrar este convênio, como se nele transcritas fossem. CLÁUSULA TERCEIRA - As quantias arrecadadas nos termos da Cláusula Primeira, serão registradas pelo BANCO, diariamente em conta transitória sem juros, aberta sob o título contábil "DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS À VISTA-GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL-CONTA ARRECADAÇÃO", cujo saldo será transferido para o Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, conforme estabelece a Cláusula seguinte. CLÁUSULA QUARTA - Até o dia 15 de cada mês ou no 1º dia útil subsequente àquele, o BANCO recolherá, sem qualquer ônus, ao Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, o saldo existente no último dia do mês anterior na conta mencionada na Cláusula Terceira. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO, na qualidade de agente arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos ou outros elementos consignados pelos contribuintes nos documentos de arrecadação. CLÁUSULA SEXTA - O BANCO que por motivos não justificáveis, descumprir quaisquer das cláusulas deste instrumento ou as solicitações formais do Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças quanto à sua execução, fica sujeito a ser declarado inidôneo para transacionar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976. CLÁUSULA SÉTIMA - A natureza das receitas, cuja arrecadação será autorizada ao BANCO, será especificada pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - A arrecadação, expirado o prazo regulamentar, fica condicionada a aposição de visto nos documentos próprios, pela repartição fiscal competente e ao recebimento dos acréscimos que lhe forem correspondentes. PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento de tributos em atraso, sem o visto da repartição fiscal competente implica na responsabilidade do BANCO pelos acréscimos legais devidos. CLÁUSULA NONA - A liquidação dos cheques correspondentes às receitas do DISTRITO FEDERAL é de exclusiva responsabilidade do BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Os serviços objeto deste Termo serão prestados pelo BANCO, sem qualquer ônus para o DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, manterá o BANCO informado quanto aos prazos regulamentares de vencimento dos tributos, modelos e espécies de documentos adotados e expedirá as instruções normativas pertinentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes é facultado a qualquer tempo, denunciar o presente instrumento, por escrito, produzindo efeito após trinta (30) dias da sua formulação, sem que o uso dessa faculdade dê direito à indenização de qualquer natureza. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELO BANCO (as.)_____
ANTÔNIO MARCOS CALCAGNO CICCI

(as.)_____
FERNANDO NASSER DE SOUZA

(as.)_____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

TESTEMUNHAS
VISTO
EM 30/12/1980 (as.)_____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

ep/ JÚLIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

CONVÊNIO Nº 079 /80, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA METROPOLITANA - ASA NORTE, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS,NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no art. 20 do Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, e do outro, o BANCO DO BRASIL S/A, Agência Metropolitana - Asa Norte, com sede à Avenida W/3-Norte, Quadra 704/705- Bloco A - Brasília DF, no ato representado pelo Gerente EDGAR PEREIRA DA SILVA e pelo Gerente Adjunto MELCHÍADES DO ESPÍRITO SANTO FERREIRA, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CPFs nºs 004.210.816.00 e 003.971.801-87 e Matrículas nºs 2.608.500-3 e 7.108.320-0, respectivamente, doravante denominado simplesmente BANCO, resolvem firmar este Convênio, com fundamento no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA -Através do presente instrumento, obriga-se o BANCO a arrecadar diretamente dos contribuintes, as receitas de competência do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, bem como receber documentos que representem, ou não, arrecadação efetiva de receitas de interesse do DISTRITO FEDERAL, solicitados pela Secretaria de Finanças, dentro dos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - A Sistemática a ser obedecida pelo BANCO compreenderá : I) autenticação mecânica em todas as vias dos documentos de arrecadação, que identifique o BANCO, a máquina utilizada, o número da operação, data e a quantia recebida; II) emissão, ao final de cada dia do Boletim Diário de Recolhimento (DDR), em 03 (três) vias, do qual constarão as informações exigidas pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, independentemente de ter havido recolhimento de receitas, o qual deverá ser entregue, juntamente com os documentos, porventura existentes, ao órgão controlador daquela Secretaria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento; III) encaminhamento ao órgão controlador, mensalmente, do Boletim de Transferência (BT), acompanhado de duas vias do extrato de conta relativa ao período da transferência, ao Banco Regional de Brasília S/A; IV) manter à disposição dos órgãos encarregados da fiscalização do sistema, registros, livros, documentos aptos a verificação necessária; V) responder pela ação ou omissão dos seus prepostos e empregados, no processo de arrecadação e recolhimento das receitas, bem como pela segurança dos valores e documentos entre o ato do recebimento e o da sua entrega aos setores competentes; VI) indicar por escrito o nome de um encarregado pelo relacionamento de cada estabelecimento do BANCO, junto ao órgão controlador da repartição fiscal: VII) cumprir as normas disciplinadoras do sistema de arrecadação Bancária, consubstanciadas na legislação pertinente que passarão a integrar este convênio, como se nele transcritas fossem. CLÁUSULA TERCEIRA - As quantias arrecadadas nos termos da Cláusula Primeira, serão registradas pelo BANCO, diariamente em conta transitória sem juros, aberta sob o título contábil "DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS À VISTA - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL CONTA ARRECADAÇÃO", cujo saldo será transferido para o Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, conforme estabelece a Cláusula seguinte. CLÁUSULA QUARTA - Até o dia 15 de cada mês ou no 1º dia útil subsequente àquele, o BANCO recolherá, sem qualquer ônus, ao Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central,o saldo existente no último dia do mês anterior na conta mencionada na Cláusula Terceira . CLÁUSULA QUINTA - O BANCO, na qualidade de agente arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos ou outros elementos consignados pelos contribuintes nos documentos de arrecadação. CLÁUSULA SEXTA - O BANCO que por motivos não justificáveis, descumprir quaisquer das cláusulas deste instrumento ou as solicitações formais do Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças quanto à sua execução, fica sujeito a ser declarado inidôneo para transacionar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal , sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976. CLÁUSULA SÉTIMA - A natureza das receitas, cuja arrecadação será autorizada ao BANCO, será especificada pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - A arrecadação, expirado o prazo regulamentar, fica condicionada a aposição de visto nos documentos próprios, pela repartição fiscal competente e ao recebimento dos acréscimos que lhes forem correspondentes. PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento de tributos em atraso, sem o visto da repartição fiscal competente implica na responsabilidade do BANCO pelos acréscimos legais devidos. CLÁUSULA NONA - A liquidação dos cheques correspondentes às receitas do DISTRITO FEDERAL é de exclusiva responsabilidade do BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Os serviços objeto deste Termo serão prestados pelo BANCO, sem qualquer ônus para o DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, manterá o BANCO informado quanto aos prazos regulamentares de vencimento dos tributos, modelos e espécies de documentos adotados e expedirá as instruções normativas pertinentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes é facultado a qualquer tempo, denunciar o presente instrumento, por escrito, produzindo efeito após trinta (30) dias da sua formulação,sem que o uso dessa faculdade dê direito à indenização de qualquer natureza. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELO BANCO : (as.) _____
BANCO DO BRASIL S/A - Metr. Asa Norte - DF.
EDGAR PEREIRA DA SILVA

(as.) _____
MELCHÍADES DO ESPÍRITO SANTO FERREIRA

TESTEMUNHAS : (as.) _____
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO

VISTO
EM 30/12/1980
JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

(as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

/bcr

CONVÊNIO Nº 80 /80, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO DO BRASIL S/A, AGÊNCIA METROPOLITANA-ASA SUL, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no art. 20 do Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, e do outro, o BANCO DO BRASIL S/A, Agência Metropolitana-Asa Sul, com sede à Avenida W/3 Sul Quadra 507 nº 23, no ato representado pelo Gerente JUAREZ ROMERA DE OLIVEIRA, e pelo Gerente-Adjunto NERALDO BOUWER SILVA, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, portadores dos CPFs.010978811-72 e 002267693-72 e matrículas nºs.5.993.960-5 e 7.431.400-9, doravante denominado simplesmente BANCO, resolvem firmar este Convênio,

com fundamento no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento, obriga-se o BANCO a arrecadar diretamente dos contribuintes, as receitas de competência do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, bem como receber documentos que representem, ou não, arrecadação efetiva de receitas de interesse do DISTRITO FEDERAL, solicitados pela Secretaria de Finanças, dentro dos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - A Sistemática a ser obedecida pelo BANCO compreenderá: I) autenticação mecânica em todas as vias dos documentos de arrecadação, que identifique o BANCO, a máquina utilizada, o número da operação, data e a quantia recebida; II) emissão, ao final de cada dia do Boletim Diário de Recolhimento (DDR), em 03 (três)vias,do qual constarão as informações exigidas pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, independentemente de ter havido recolhimento de receitas, o qual deverá ser entregue, juntamente com os documentos, porventura existentes, ao órgão controlador daquela Secretaria no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento; III) encaminhamento ao órgão controlador, mensalmente, do Boletim de Transferência (BT), acompanhado de duas vias do extrato de conta relativa ao período da transferência, ao Banco Regional de Brasília S/A; IV) manter a disposição dos órgãos encarregados da fiscalização do sistema, registros,livros, documentos aptos a verificação necessária; V) responder pela ação ou omissão dos seus prepostos e empregados, no processo de arrecadação e recolhimento das receitas, bem como pela segurança dos valores e documentos entre o ato do recebimento e o da sua entrega aos setores competentes; VI) indicar por escrito o nome de um encarregado pelo relacionamento de cada estabelecimento do BANCO, junto ao órgão controlador da repartição fiscal;VII) cumprir as normas disciplinadoras do sistema de arrecadação Bancária, consubstanciada na legislação pertinente que passarão a integrar este convênio, como se nele transcritas fossem. CLÁUSULA TERCEIRA - As quantias arrecadadas nos termos da Cláusula Primeira, serão registradas pelo BANCO, diariamente em conta transitória sem juros, aberta sob o título contábil "DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS À VISTA-GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL-CONTA ARRECADAÇÃO", cujo saldo será transferido para o Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, conforme estabelece a Cláusula seguinte. CLÁUSULA QUARTA - Até o dia 15 de cada mês ou no 1º dia útil subsequente àquele, o BANCO recolherá, sem qualquer ônus, ao Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, o saldo existente no último dia do mês anterior na conta mencionada na Cláusula Terceira. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO, na qualidade de agente arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos ou outros elementos consignados pelos contribuintes nos documentos de arrecadação. CLÁUSULA SEXTA - O BANCO que por motivos não justificáveis, descumprir quaisquer das cláusulas deste instrumento ou as solicitações formais do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças quanto à sua execução, fica sujeito a ser declarado inidôneo para transacionar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Decreto nº 3.372, de 24 de agosto de 1976. CLÁUSULA SÉTIMA - A natureza das receitas, cuja arrecadação será autorizada ao BANCO, será especificada pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - A arrecadação, expirado o prazo regulamentar, fica condicionada a aposição de visto nos documentos próprios, pela repartição fiscal competente e ao recebimento dos acréscimos que lhe forem correspondentes. PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento de tributos em atraso, sem o visto da repartição fiscal competente implica na responsabilidade do BANCO pelos acréscimos legais devidos. CLÁUSULA NONA - A liquidação dos cheques correspondentes às receitas do DISTRITO FEDERAL é de exclusiva responsabilidade do BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Os serviços objeto deste Termo serão prestados pelo BANCO, sem qualquer ônus para o DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, manterá o BANCO informado quanto aos prazos regulamentares de vencimento dos tributos, modelos e espécies de documentos adotados e expedirá as instruções normativas pertinentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes é facultado a qualquer tempo, denunciar o presente instrumento, por escrito, produzindo efeito após trinta (30) dias da sua formulação, sem que o uso dessa faculdade dê direito à indenização de qualquer natureza. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete)vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
FERMANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELO BANCO (as.) _____
JUAREZ ROMERA DE OLIVEIRA

(as.) _____
NERALDO BOUWER SILVA

(as.) _____
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO

TESTEMUNHAS

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
ALICE DE PAULA SILVEIRA

ep/ JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

CONVÊNIO Nº 82 /80, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CONSULTORIA PARA RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, LOCALIZADA NA CONFLUÊNCIA DOS EIXOS RODOVIÁRIO E MONUMENTAL, EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO.

(PROCESSO DE Nº 474 905/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por PAULO WILSON GUARACIABA,brasileiro, casado,Técnico em Administração, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos em exercício, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras e por JOAQUIM ARANTES NETO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente da Administração da Estação Rodoviária de Brasília-DF, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Trecho de Serviços Públicos- Lote "B", doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social da Empresa, e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.571a. e 1.447a. Sessões, realizadas em 08 e 09 de outubro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Convênio mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, incumbe à

NOVACAP, a administração da elaboração dos projetos e consultoria da Estação Rodoviária de Brasília, localizada na confluência dos Eixos Rodoviário e Monumental, em Brasília- Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - Todos os atos necessários à execução das obras, objeto deste Convênio, são outorgados pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos , à NOVACAP, a qual poderá, para tanto, contratar com terceiros, por empreitada ou administração, executar diretamente se assim julgar conveniente, realizar e aprovar licitações, efetuar pagamentos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste ajuste, obedecida a legislação em vigor na NOVACAP. PARÁGRAFO ÚNICO - Os projetos complementares para execução dos serviços, objeto deste Convênio, serão contratados ' com terceiros ou executados diretamente pela NOVACAP. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor estimativo do presente Convênio é de Cr$.. 4.220.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte mil cruzeiros), recursos estes provenientes do Orçamento do Distrito Federal , para o corrente exercício Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, correndo a despesa à conta da seguinte dotação Orçamentária: SUBELEMENTO: 3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS, Item 50 Reparos e Conservação de Bens Imóveis, Função 16 Transporte, ' Programa 88 - Transporte Rodoviário, Subprograma 532-Terminais Rodoviários, Atividade - AERB 2.053 - Manutenção das Atividades da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, conforme Nota de Empenho nº 155/80-AERB, emitida por aquela Administração, no valor acima citado. CLÁUSULA QUARTA - A importância mencionada na Cláusula anterior, será entregue à NOVACAP ' pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Finanças, em parcelas de conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro ' das obras, aprovado pela Secretaria de Serviços Públicos, atestada cada etapa pelo executor deste Convênio, conforme determinam as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes . CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, pagará à NOVACAP, pela administração dos serviços, objeto deste Convênio, a taxa de Administração de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor real dos serviços efetivamente executados. PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da taxa de administração, mencionado nesta cláusula, poderá ser debitado pela NOVACAP à conta vinculada a ser aberta, mencionada na Cláusula Sexta, na proporção que forem sendo efetuados os pagamentos referentes aos serviços. CLÁUSULA SEXTA - A NOVACAP' manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A - Agência PEPS/NOVACAP , vinculada aos fins estipulados no presente Convênio. CLÁUSULA SÉTIMA - A NOVACAP prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, mensalmente, das importâncias que lhe forem entregues. PARÁGRAFO ÚNICO - A NOVACAP apresentará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, relatório final detalhado dos serviços executados acompanhado do respectivo balanço geral. CLÁUSULA OITAVA - Cabe, ainda, a NOVACAP a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. CLÁUSULA NONA- A NOVACAP fica dispensada do recolhimento de caução de garantia pela boa execução dos serviços. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, fornecerá previamente à NOVACAP o Plano de Implantação de Obras e Serviços a serem executados. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, designará um executor para o presente convênio, ao qual incumbirá às atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - A supervisão técnica dos serviços a serem realizados caberá à Secretaria de Viação e Obras, nos termos das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Convênio poderá ser prorrogado, renovado, aditado, alterado ou rescindido por mútuo acordo dos convenentes, bastando para tanto que o interessado se manifeste por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término. CLÁUSULA DÉCIMA ' TERCEIRA - O presente Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP, expirando-se 12 (doze) meses após. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento ' do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo , para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
PAULO WILSON GUARACIABA

(as.) _____
JOSÉ CARLOS MELLO

(as.) _____
JOAQUIM ARANTES NETO

PELA NOVACAP : (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

(as.) _____
ALICE DE PAULA SILVEIRA

VISTO
EM 30 / 12 / 80

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS E PRORROGAR PRAZO AO CONVÊNIO Nº 010/80, CELEBRADO EM 29 DE JANEIRO DE 1980, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL ' DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

(PROCESSO DE Nº 478 002/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos' brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.584a. e 1.460a. Sessões, realizadas em 21 e 27 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes' Cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este Termo fica aditado, com o fim de suplementar recursos e prorrogar prazo, o Convênio nº 010/80, celebrado em 29 de janeiro de 1980 entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 093/095, do Livro nº 02/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral'

do Distrito Federal,regulando a execução dos serviços de Implantação de Áreas Ajardinadas e Produção de Mudas,em Brasília-DF.' CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estabelecido na Cláusula Terceira do Convênio Principal,será suplementado com a importância de Cr$. 3.842.549,00(três milhões,oitocentos e quarenta e dois mil,quinhentos e quarenta e nove cruzeiros), perfazendo um total de - Cr$. 13.842,549,00 (treze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para a suplementação previstos nesta Cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício, Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária, ELEMENTO:4.1.1.0 OBRAS E INSTALAÇÕES, Função 10 Habitação e Urbanismo, Programa 60 Serviços de Utilidade Pública, Subprograma 328 Parques e Jardins, Projeto 1.100/SVO Implantação de Áreas Ajardinadas,conforme Nota de Empenho nº 143/80-SVO, emitida pela Secretaria de Viação e Obras no valor global de Cr$. 3.842.549,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta' e nove cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência, estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo, - prorrogado até 30 de janeiro de 1.982. CLÁUSULA QUARTA - Ficam' ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Instrumento Principal já mencionado na Cláusula Primeira deste' ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal,às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim ' justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal,do qual foram extraídas 07(sete)vias datilografadas de igual teor e forma,para um único efeito legal,que,lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL:(as.)_____
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
(as.)_____
JOSE CARLOS MELLO

PELA NOVACAP :(as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE
(as.)_____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS :(as.)_____
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO
VISTO
EM 30/12/1980
(as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA
JULIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM OBJETIVO DE SUPLEMENTAR RECURSOS E ALTERAR CLÁUSULA, AO CONVÊNIO Nº 022/80, CELEBRADO EM 28 DE MARÇO DE 1980, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

(PROCESSO DE Nº 466 114/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado - por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20 item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por PAULO WILSON - GUARACIABA, brasileiro, casado, Técnico em Administração, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos em exercício, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras , por JOAQUIM ARANTES NETO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente da Administração da Estação Rodoviária de Brasília-DF e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Diretor Presidente Arquiteto EDISON GROSSI ' DE ANDRADE e por seu Diretor Administrativo-Financeiro RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes' e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social da NOVACAP e autorizações dadas pela Diretoria e Conse-' lho de Administração da Empresa em suas 1.574a. e 1.450a. Sessões, realizadas em 17 e 21 de outubro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes ' cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica - aditado, com o objetivo de suplementar recursos e alterar - cláusula, o Convênio nº 022/80, celebrado em 28 de março de 1980, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 150/153, do Livro nº 03/80, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração da execução das obras a serem realizadas na Estação Rodoviária de Brasília, de acordo com o quadro demonstrativo de fls. 03 do processo nº 466114/80. - ' CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estabelecido na Cláusula Quarta' do Convênio ora aditado, será suplementado com a importân-' cia de Cr$. 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), para perfazer um total de Cr$. 18.596.000,00 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e seis mil cruzeiros).PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para suplementação previstos nesta Cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, correndo a despesa à conta do ELEMENTO: 4.1.1.0 OBRAS e INSTALAÇÕES, Função 16 Transporte, Programa 88 Transporte Rodoviário, Subprograma 532 Terminais Rodoviários, - Projeto-AERB 1.181 Reforma e Melhoramento da Estação Rodoviária de Brasília-DF, conforme Nota de Empenho nº 190/80-AERB, emitida pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília-DF, no valor de Cr$. 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - A Cláusula - Décima do Convênio nº 022/80, com supressão do seu Parágrafo Único, passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA DÉCIMA- Após a realização das licitações, a NOVACAP encaminhará ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públi-' cos, o Cronograma de Desembolso Global do Convênio". CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Convênio nº 022/80. CLÁUSULA QUINTA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publica-' ção no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília , Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas' ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim - justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente - em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.)_____
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
(as.)_____
PAULO WILSON GUARACIABA
(as.)_____
JOSE CARLOS MELLO
(as.)_____
JOAQUIM ARANTES NETO

PELA NOVACAP : (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE
(as.)_____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA
(as.)_____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
EM 30/12/80

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

QUINTO TERMO DE ADITAMENTO, COM O OBJETIVO ' DE PRORROGAR PRAZO E ALTERAR CLÁUSULA, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 27 DE FEVEREIRO DE ' 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ' ABAIXO.

(PROCESSO DE Nº 477 137/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador,Coroncl AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON,brasileiro, casado,residente e domiciliado nesta Capital,no uso das atribuições que lhe confere o Art.20,item XII,da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente,Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital,na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da Empresa e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a., 1.454a., 1.592a. e 1.466a. Sessões, realizadas em 31 de outubro, 06 de novembro, 17 e 18 de dezembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes ' cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o objetivo de prorrogar prazo e alterar cláusula, o Convênio celebrado em 27 de fevereiro de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 088/090 do Livro 06/78, aditado em 22 de agosto de 1978, lavrado às fls. 046/048 do Livro 12/78, aditado em 22 de dezembro de 1978, lavrado às fls. 028/030 do Livro 16/78, aditado em 29 de dezembro de 1978, lavrado às fls. 164/165 do Livro 16/78, renovado em 26 de março de 1979, lavrado às fls. 154/155 do Livro 19/79, aditado em 05 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 008/009 do Livro 25/79, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração da execução de Obras de Urbanização em Brasília-DF. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo, prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - A Cláusula Sexta do Convênio Principal, firmado em 27 de fevereiro de 1978, já alterado pela Cláusula Quarta do Segundo Termo Aditivo, celebrado em 22 de dezembro de 1978, passa a ter a seguinte redação: " CLÁUSULA' SEXTA: Os recursos previstos na Cláusula Sexta do Convênio Principal, deverão obedecer a seguinte distribuição:a)Cr$ 4.357.891,42 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e um cruzeiros e quarenta e dois centavos) para as obras de urbanização no SHCE/SRE(Cruzeiro Velho);b) Cr$ 29.083.617,45' (vinte e nove milhões, oitenta e três mil, seiscentos e dezessete cruzeiros e quarenta e cinco centavos)para urbanização das Avenidas W-1 e W-2 Norte;c) Cr$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para o Setor Gráfico;d)Cr$ 14.527.216,67' (quatorze milhões, quinhentos e vinte e sete mil,duzentos e dezesseis cruzeiros e sessenta e sete centavos)para urbanização de diversos setores de Brasília;e)Cr$ 6.873.181,93(seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, cento e oitenta e um cruzeiros e noventa e três centavos)para as Superquadras Sul;f)Cr$19.635.152,34 (dezenove milhões,seiscentos e trinta e cinco mil,cento e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e quatro centavos) para as Superquadras Norte; g) Cr$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) para as Quadras Norte (Faixa 700);h)Cr$2.722.940,19 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e quarenta cruzeiros e dezenove centavos) para construção de Praça e Logradouro (Av. W/3 - Praça da Igreja Dom Bosco). CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual ' teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
(as.)_____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE
(as.)_____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA
(as.)_____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
EM 30/12/1980

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO,AO CONVÊNIO Nº 24/80, CELEBRADO EM 18 DE ABRIL DE 1980,ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador,Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON,brasileiro, casado,residente e domiciliado nesta Capital,no uso das atribuições que lhe confere o Art.20,item XII,da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Padre JONAS VETTORACI,brasileiro,residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Sobradinho, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA' CAPITAL DO BRASIL, Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília-DF, doravante denominada simples

mente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP em suas 1.584a. e 1.459a. Sessões, realizadas em 21 e 25 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de prorrogar prazo, o Convênio celebrado em 18 de abril de 1980, entre o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Sobradinho, e a NOVACAP, lavrado às fls.17/19 do Livro nº 04/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração dos serviços de implantação de redes de captação de águas pluviais nas Quadras 03,05,07 e 09 da Cidade Satélite de Sobradinho-DF. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA Ficam ratificadas e inalteradas, as demais cláusulas e condições do Instrumento Principal, mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
JONAS VETTORACI

PELA NOVACAP (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO AO CONVÊNIO Nº 68/79, CELEBRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20,item XII, da Lei nº 3.751,de 13 de abril de 1960, e por BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS, brasileiro,casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento - Trecho de Serviços Públicos - Lote "B", em Brasília-DF, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.581a. e 1.457a. Sessões, realizadas em 12 e 18 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica aditado com o fim de prorrogar prazo, o Convênio nº 68/79, celebrado em 31 de dezembro de 1979, entre o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga e a NOVACAP, lavrado às fls.128/130 do Livro nº 26/79 de Registro de Contratos e Convênios da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, re-ratificado em 26 de setembro de 1980, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 30 de setembro de 1980 (SUPLEMENTO), regulando a execução dos serviços de construção de Parques Recreativos e Desportivos na Ceilândia - Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este ajuste, prorrogado até 30 de dezembro de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA Ficam ratificadas e inalteradas, as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

PELA NOVACAP (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 22 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº3.751,

de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da Empresa, e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a. e 1.453a. Sessões, realizadas em 31 de outubro e 04 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de prorrogar prazo, o Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 057/059, do Livro nº 06/78, renovado em 26 de março de 1979, lavrado às fls. 142/143, do Livro nº 19/79 e aditado em 05 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 010/011, do Livro nº 25/79, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização em Brasília - Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo, prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.
EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP : (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

TESTEMUNHAS : (as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS, AO CONVÊNIO Nº 51/80, CELEBRADO EM 30 DE JULHO DE 1980, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

(PROCESSO DE Nº 057.180/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, pelo Economista FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças, e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento - Trecho de Serviços Públicos - Lote "B", doravante denominada simplesmente NOVACAP, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e Autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1588a. e 1462a. Sessões, realizadas em 03 e 04 de dezembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de suplementar recursos, o Convênio nº 51/80, celebrado em 30 de julho de 1980, entre o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, e a NOVACAP, lavrado às fls. 62/64 - Livro nº 06/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, aditado em 31 de outubro de 1980, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 05 de novembro de 1980 regulando a administração e execução de obras de urbanização na Região Administrativa de Taguatinga. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estabelecido para o Convênio ora aditado, será suplementado com a importância de Cr$.16.693.942,00 (Dezesseis milhões, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros), para perfazer o total de Cr$.36.693.942,00 (trinta e seis milhões, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para suplementação previstos nesta Cláusula, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 6737, de 05 de dezembro de 1979, oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: Elemento: 4.3.1.0 - Transferências Intragovernamentais, Subelemento: 4.3.1.3 - Contribuições e Fundos, Função: 03 - Administração e Planejamento, Programa: 09 - Planejamento Governamental, Subprograma: 031 - Assistência Financeira, Projeto: SEF 1068 - Financiamento a Programa de Desenvolvimento, conforme Nota de Empenho nº 539/80-SEF, emitida pela Secretaria de Finanças, no valor global de Cr$.16.693.942,00 (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e dois cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estado assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

(as.) _____
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELA NOVACAP: (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE
(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS: (as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA
VISTO
EM 30/12/1980 (as.)_____
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, COM O OBJETIVO DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 22 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS AJARDINADAS E PRODUÇÃO DE MUDAS EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5 861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da Empresa e Autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a. e 1.453a. Sessões, realizadas em 31 de outubro e 04 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado com o objetivo de prorrogar prazo, o Convênio celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 083/085 do Livro nº 06/78; renovado em 26 de março de 1979, lavrado às fls. 138/139 do Livro nº 19/79; aditado em 19 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 087/088 do Livro nº 25/79 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos Serviços de Implantação de Áreas Ajardinadas e Produção de Mudas em Brasília, DF. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido no Convênio ora aditado, fica por este Termo, prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: Assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)_____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.)_____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.)_____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS
VISTO
EM 30/12/1980 (as.)_____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, COM O OBJETIVO DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO Nº 065/79, CELEBRADO EM 28 DE DEZEMBRO DE 1979, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da Empresa e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a. e 1.453a. Sessões, realizadas em 31 de outubro e 04 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o objetivo de prorrogar prazo, o Convênio nº 065/79, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, em 28 de dezembro de 1979, lavrado às fls.044/046 do Livro nº 26/79, aditado em 17 de julho de 1980, lavrado às fls.022/023 do Livro nº 06/80 da Seção de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a execução de Obras de Construção de Terminais de ônibus na Ceilândia. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este ajuste, prorrogado até 31 de dezembro de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUARTA - O presente ajuste, entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)_____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.)
TESTEMUNHAS RENATO HOMERO CUNHA SANCHES
VISTO (as.)
EM 30/12/1980 DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS
(as.)
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, COM O OBJETIVO DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A EXECUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS DO PODER PÚBLICO EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº3.751, de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais vigentes da Empresa e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração, em suas 1.578a. e 1.453a.Sessões, realizadas em 31 de outubro e 04 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este Termo, fica aditado, com o fim de prorrogar prazo, o Convênio celebrado em 27 de fevereiro de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 094/096, do Livro nº 06/78, renovado em 25 de março de 1979, lavrado às fls. 146/147, do Livro nº 19/79, aditado em 19 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 052/053, do Livro nº 25/79, da Seção de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de Conservação e Adaptação de Prédios e Próprios do Poder Público em Brasília-DF. CLÁUSULA SEGUNDA- O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este ajuste, prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste Termo. CLÁUSULA QUARTA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.)
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.)
TESTEMUNHAS RENATO HOMERO CUNHA SANCHES
VISTO (as.)
EM 30/12/1980 DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS
(as.)
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O OBJETIVO DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMININISTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DE DIVERSAS OBRAS EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa, em suas 1.578a. e 1.453a. Sessões realizadas em 31 de outubro e 04 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado com o objetivo de prorrogar prazo, o Convênio celebrado em 27 de fevereiro de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls.097/099, do Livro nº 06/78, aditado em 26 de setembro de 1978, lavrado às fls.043/045, do Livro nº 13/78, renovado em 26 de março de 1979, lavrado às fls.144/145, do Livro nº 19/79, aditado em 05 de dezembro de 1979, lavrado às fls.014/015,do Livro nº 25/79, da Seção de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração da execução de Diversas Obras em Brasília-DF.CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo, prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas, as demais Cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete)vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.)
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO E ALTERAR CLÁUSULA, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 06 DE AGOSTO DE 1979, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA, E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS DE EXECUÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA-II-GAMA - DF, NA FORMA ABAIXO.

(PROCESSO DE Nº 477 933/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA, brasileiro, casado, Técnico em Comunicação Social, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional do Gama, e por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, Empresa Pública, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento - Trecho de Serviços Públicos, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e de acordo com as decisões da Diretoria e Conselho de Administração da Empresa em suas 1.584a. e 1.459a. Sessões, realizadas em 21 e 25 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de prorrogar prazo e alterar cláusula, o Convênio celebrado em 06 de agosto de 1979, entre o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional do Gama, e a NOVACAP, lavrado às fls.072/075 do Livro nº 23/79, aditado em 21 de dezembro de 1979, lavrado às fls.103/104 do Livro nº 25/79, aditado em 27 de junho de 1980, lavrado às fls.106/107 do Livro nº 5/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração das obras de execução de redes de águas pluviais na Região Administrativa-II-Gama/DF. CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Sexta do Convênio principal passa a ter a seguinte redação: "Cláusula Sexta: A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente convênio". CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este ajuste prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas, as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

(as.) _____
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELA NOVACAP (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS
VISTO
EM 29/12/1980 (as.) _____
ALICE DE PAULA SILVEIRA

JÚLIO CESAR SANTOS (as.) _____
Subprocurador Geral do Distrito Federal
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO

ep/

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO O PROSSEGUIMENTO DAS OBRAS DO PARQUE DE RECREAÇÃO E TURISMO DE BRASÍLIA - ROGÉRIO PITHON FARIAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da Empresa e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a. e 1.453a. Sessões, realizadas em 31 de outubro e 04 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de prorrogar prazo, o Convênio celebrado em 27 de fevereiro de 1978, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 100/102 do Livro nº 06/78, aditado em 22 de dezembro de 1978, lavrado às fls. 031/032 do Livro nº 16/78, renovado em 26 de março de 1979, lavrado às fls. 150/151 do Livro nº 19/79, aditado em 19 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 081/082 do Livro nº 25/79, da Seção de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando o prosseguimento das obras do Parque de Recreação e Turismo de Brasília - Rogério Pithon Farias. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência, estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas, as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sus publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pe

las partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
JOSÉ CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

TERCEIRO TERMO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO CELEBRADO EM 8 DE JUNHO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL-PAS, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DO 2º (SEGUNDO) ANDAR DO BLOCO "C" CR/SUL, QUADRA 507, Nºs 41 a 69, BRASÍLIA-DF, DESTINADO À INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Gabinete da Secretaria de Saúde, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por JOFRAN FREJAT, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Saúde, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 081.161/80, e do outro, a PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL-PAS, Entidade Filantrópica e Social, com sede à Avenida W/3-CR/SUL, Quadra 507, Bloco "C" - 1º (primeiro) andar, lotes nºs 41 a 69, em Brasília, Distrito Federal, doravante denominada simplesmente PAS, no ato representada por sua Diretora Presidente ZELY SCHNEIDER LAMAISON, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica renovado o contrato de locação celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde e a PAS, em 8 de junho de 1978, lavrado às fls. 12/14, do Livro nº 10/78, renovado em 7 de novembro de 1978, lavrado às fls. 08/11 do Livro nº 15/78, renovado em 28 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 92/95 do Livro nº 26/79, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando a locação do 2º (segundo) andar do imóvel situado à Av. W/3-CR/Sul, Quadra 507 - Bloco "C" - Lotes nºs 41 a 69, com uma área de 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), para utilização pela Secretaria de Saúde onde funciona o Departamento de Fiscalização de Saúde, ou outro órgão integrante de sua estrutura. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, obriga-se a pagar à PAS, a título de aluguel, objeto deste Contrato, a importância mensal de Cr$ 55.442,10 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e dois cruzeiros e dez centavos), até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, na Seção da Tesouraria da PAS. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor estimado do presente Contrato é de Cr$ 665.305,20 (seiscentos e sessenta e cinco mil, trezentos e cinco cruzeiros e vinte centavos), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, correndo a despesa à conta do ELEMENTO: 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos, SUBELEMENTO: 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos, Função 13 - Saúde e Saneamento, Programa 75 - Saúde, Subprograma 021-Administração Geral, Atividade SES/2.043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde, conforme Nota de Empenho nº 062/80-SES, emitida pela Secretaria de Saúde, no valor acima citado. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta do DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, todos os ônus e encargos decorrentes do presente ajuste, bem como o pagamento das taxas de água, força e luz, telefone, consertos e reparos em geral que necessitar o equipamento e instalação da parte alugada. CLÁUSULA QUINTA - É defeso ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, ceder ou transferir no todo ou em parte a terceiros, seja a que título for, o imóvel que lhe é dado em locação. CLÁUSULA SEXTA - Responderá o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, por quaisquer comprometimento à conservação do imóvel de parte dos seus ocupantes. CLÁUSULA SÉTIMA - Obriga-se o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, a fazer por sua conta e risco, com inteira solidez e perfeição, todo e qualquer reparo exigido pelo tempo de uso do imóvel, exceto àquele originado por vício de construção, obrigando-se nessa circunstância, a notificar a PAS, com antecedência mínima de 10 (dez) dias. CLÁUSULA OITAVA - Os consertos deverão ser submetidos, previamente, a aprovação da PAS, empregando o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, na coisa consertada ou substituída, material idêntico ou à sua falta, similar de boa qualidade atestado pela PAS. CLÁUSULA NONA - Benfeitorias de qualquer natureza ficam de plano desautorizadas. CLÁUSULA DÉCIMA - É facultado à PAS fiscalizar o estado de conservação do imóvel através de representante, para tanto credenciado, obrigando-se a fazer comunicação prévia neste sentido ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente instrumento será automaticamente rescindido na ocorrência de: a) incêndio total ou parcial, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior, vício de construção ou propagação de fogo originado em outro prédio, devidamente provado, conforme preceitua o art. 1.208, do Código Civil Brasileiro; b) reparos exigidos por vício de construção que durem mais de 01 (um) mês e tolham o uso do imóvel, nos termos do art. 1.205, do Código Civil Brasileiro; c) desapropriação ou interdição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Obriga-se o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, entregar à PAS, todas as notificações que lhe forem expedidas, referentes ao objeto deste contrato. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A inadimplência de qualquer das cláusulas deste Contrato, acarretará sua automática rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, obriga-se devolver o imóvel no mesmo estado que o recebeu, expirado o prazo deste Termo. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente instrumento poderá ser renovado, prorrogado, alterado, aditado ou rescindido, por mútuo acordo das partes, bastando para tanto, que a parte interessada se manifeste por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de renovação ou prorrogação, o valor mensal estipulado na Cláusula Segunda deste ajuste, poderá sofrer reajuste, tomando-se por base o disposto no art. 2º, Parágrafo Único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 e legislação posterior. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Saúde, designará um executor para o presente Contrato, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O presente Termo de Renovação terá o prazo de vigência de um (1) ano, entrando em vigor a partir da data de sua publicação, em extrato, no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
JOFRAN FREJAT

PELA PAS : (as.) _____
ZELY SCHNEIDER LAMAISON

TESTEMUNHAS : (as.) ~~ALICE DE PAULA SILVEIRA~~

(as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO
EM 30/12/1980

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEXTO TERMO ADITIVO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 09 DE AGOSTO DE 1967, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A CESSÃO DE MAQUINARIA AGRÍCOLA, VISANDO PROPICIAR ASSISTÊNCIA MOTOMECANIZADA AOS AGRICULTORES E PECUARISTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e do outro a FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, neste ato representada por seu Presidente ALCEU SANCHES, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme Resolução nº 330 do Conselho Deliberativo da Fundação, em Sessão realizada em 18 de novembro de 1980, deliberam firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de prorrogar prazo, o convênio celebrado entre as partes em 09 de agosto de 1967, lavrado às fls. 180/182-v do Livro nº 02, aditado em 27 de outubro de 1967, lavrado às fls. 200/201 do Livro nº 02, renovado respectivamente, em 04 de setembro de 1969, lavrado às fls. 469/470 do Livro nº 06, e 23 de novembro de 1971, lavrado às fls. 348/349 do Livro nº 10, prorrogado em 28 de dezembro de 1973, lavrado às fls. 491/492 do Livro nº 14, prorrogado em 31 de dezembro de 1975, lavrado às fls. 169/170 do Livro nº 23, prorrogado em 30 de dezembro de 1977, lavrado às fls.101/103 do Livro nº 04/77, prorrogado em 27 de dezembro de 1979, transcrito às fls. 49/53 do Livro nº 31 de Registro de Contratose Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral, tendo por objeto a cessão de maquinaria agrícola, visando propiciar assistência motomecanizada aos agricultores e pecuaristas do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo estipulado na Cláusula Primeira do termo firmado em 09 de agosto de 1967, já alterado pelas cláusulas Primeira dos termos firmados em 04 de setembro de 1969, 23 de novembro de 1971, 28 de dezembro de 1973 e 31 de dezembro de 1975 e pelas Cláusulas Terceira dos termos celebrados em 30 de dezembro de 1977 e 27 de dezembro de 1979, fica prorrogado por mais 01 (um) ano a contar de 30 de dezembro de 1980, podendo ser novamente prorrogado a critério das partes convenentes. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas no que couber as demais cláusulas e condições estipuladas nos termos citados na Cláusula Primeira. CLÁUSULA QUARTA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal às expensas da FUNDAÇÃO. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

PELA FUNDAÇÃO : (as.) _____
ALCEU SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) _____
~~FRANCISCO RAMOS~~ CAMELO

VISTO
EM 30/12/1980

(as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEXTO TERMO DE ADITAMENTO, COM A FINALIDADE DE PRORROGAR PRAZO E ALTERAR CLÁUSULA AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 06 DE MARÇO DE 1978, ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA III TAGUATINGA-DF, NA FORMA ABAIXO.
(PROCESSO DE Nº 477 859/80)

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital na qualidade de Secretário de Finanças e por BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL do Brasil, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais da NOVACAP, e autorizações das pela Diretoria e Conselho de Administração em suas 1.584a. e 1.460a. Sessões, realizadas em 21 e 27 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado com a finalidade de prorrogar prazo e alterar Cláusula, o Convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, e a NOVACAP, em 06 de março de 1978, lavrado às fls. 01/03, do Livro nº 07/78, aditado em 19 de outubro de 1978, lavrado às fls.55/56, do Livro nº 14/78, aditado em 29 de junho de 1979, lavrado às fls.094/095, do Livro nº 22/79, aditado em 20 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 069/070 do Livro nº 25/79, aditado em 09 de junho de 1980, lavrado às fls.65/67 do Livro nº 05/80, aditado em 09 de setembro de 1980, lavrado às fls.89/90 do Livro nº 07/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de urbanização, compreendendo pavimentação e recapeamento na Região Administrativa III - Taguatinga-DF. CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Sexta do Convênio principal passa a ter a seguinte redação: "Cláusula Sexta: A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente a ser aberta no Banco Regional de Brasília-S/A, vinculada aos fins deste instrumento". CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este ajuste prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasí

lia, Distrito Federal,para dirimir quaisquer dūvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.E,estando assim justos e de acordo,para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas clāusulas,lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro prōprio da la.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal,do qual foram extraīdas 07(sete)vias datilografadas de igual teor e forma,para um ūnico efeito legal,que,lido e achado conforme,ē assinado pelas partes jā mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
AIME ALCIBĪADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)_____
FERNANDO TUPINAMBĀ VALENTE

(as.)_____
BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

PELA NOVACAP (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.)_____
RENATO HOMERO CUNHAS SANCHES

TESTEMUNHAS (as.)_____
ALICE DE PAULA SILVEIRA

VISTO EM 30/12/1980 (as.)_____
ILNEIDES SOARES DE CARVALHO

ep/

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

DF/SJU/013 15.000 - 01/78

SEXTO TERMO DE ADITAMENTO, COM O OBJETIVO DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVĒNIO CELEBRADO EM 15 DE ABRIL DE 1975, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A CONTRATAÇĀO DE DIVERSOS PROJETOS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mēs de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palācio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMĒ ALCIBĪADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20,item XII,da Lei nº 3.751,de 13 de abril de 1960, e por JOSĒ CARLOS MELLO, brasileiro,casado, engenheiro civil, residente è domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretārio de Viação e Obras, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a. e 1.454a. Sessões, realizadas em 31 de outubro e 06 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes clāusulas: CLĀUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o objetivo de prorrogar prazo, o Convēnio celebrado em 15 de abril de 1975, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado ās fls.413/414 do Livro nº 19, Re-ratificado em 31 de dezembro de 1975, lavrado ās fls.165/166 do Livro nº 23, prorrogado em 10 de dezembro de 1976, lavrado ās fls.177/178 do Livro nº 26,renovado e alterado em 17 de agosto de 1977, lavrado ās fls.189/190 do Livro nº 001/77, prorrogado em 25 de novembro de 1977, lavrado ās fls.184/185 do Livro nº 02/77, prorrogado em 27 de dezembro de 1978, lavrado ās fls.067/068 do Livro nº 16/78, prorrogado em 08 de junho de 1979, lavrado ās fls.024/025 do Livro nº 22/79,prorrogado em 28 de dezembro de 1979, lavrado ās fls.086/087 do Livro nº 26/79 de Registro de Contratos e Convēnios da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando regular a contratação pela NOVACAP dos seguintes Projetos: a) Planejamento Urbano do Plano Piloto de Brasīlia; b) Irrigação do Eixo Monumental; c) Rede de Āguas Pluviais de Brasīlia; d) Verificação da Estrutura do Gināsio de Esportes de Brasīlia; Verificação da Plataforma da Estação Rodoviāria de Brasīlia e e) Reforço da Ponte Sobre o Lago Paranoā no Eixo Rodoviārio Norte. CLĀUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convēnio ora aditado, fica por este Termo prorrogado atē 30 de junho de 1981. CLĀUSULA TERCEIRA - Ficam ratificados e inalterados os demais instrumentos mencionados na Clāusula Primeira deste ajuste. CLĀUSULA QUARTA - O presente Termo entrarā em vigor na data de sua publicação no DIĀRIO OFICIAL do Distrito Federal, ās expensas da NOVACAP. CLĀUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasīlia, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dūvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas clāusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro prōprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraīdas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma,para um ūnico efeito legal, que, lido e achado conforme, ē assinado pelas partes jā mencionadas e testemunhas abaixo.EM TEMPO: assina também o presente,o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES,Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.)_____
AIME ALCIBĪADES SILVEIRA LAMAISON

(as.)_____
JOSE CARLOS MELLO

PELA NOVACAP (as.)_____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.)_____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.)_____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO EM 30/12/1980 (as.)_____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JULIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

OITAVO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO E ALTERAR CLĀUSULA, AO CONVĒNIO CELEBRADO EM 16 DE FEVEREIRO DE 1978,ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL,REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA-III-TAGUATINGA-DF, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mēs dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palācio do Buriti, presentes,de um lado o DISTRITO FEDERAL,no ato representado por seu Governador,Coronel AIMĒ ALCIBĪADES SILVEIRA LAMAISON,brasileiro,casado,residente e domiciliado nesta Capital,no uso das atribuições que lhe confere o Art.20,item XII,da Lei nº 3.751,de 13 de abril de 1960,por BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS,brasileiro,casado,advogado,residente e domiciliado nesta Capital,na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga,e do outro a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL,Empresa Pūblica,com sede no Setor de Indūstria e Abastecimento - Trecho de Serviços Pūblicos, doravante denominada simplesmente NOVACAP,no ato representada por seu Diretor Superintendente,Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro,casado,residente e domiciliado nesta Capital,na conformidade do disposto na Lei nº 5.861,de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa,em suas 1.584a.e 1.459a.Sessões,realizadas em 21 e 25 de novembro de 1980,respectivamente, resolvem firmar o presente Termo,mediante as seguintes clāusulas: CLĀUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado,com o fim de prorrogar prazo e alterar clāusula,o Convēnio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP,em 16 de fevereiro de 1978, lavrado ās fls.045/047 do Livro nº 06/78, prorrogado em 29 de dezembro de 1978,lavrado ās fls.174/175 do Livro nº 16/78, aditado em 02 de março de 1979,lavrado ās fls.015/016 do Livro nº 19/79, prorrogado em 29 de junho de 1979,lavrado ās fls.88/89 do Livro

nº 22/79, prorrogado em 20 de dezembro de 1979, lavrado às fls. 073/074 do Livro nº 25/79, aditado em 31 de dezembro de 1979, lavrado às fls.131/133 do Livro nº 26/79, aditado em 20 de março de 1980, lavrado às fls.112/113 do Livro nº 03/80 e aditado em 03 de junho de 1980, lavrado às fls.59/60 do Livro nº 05/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração de obras de urbanização na Região Administrativa-III-Taguatinga-DF. CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Sexta do Convênio Principal passa a ter a seguinte redação: "Cláusula Sexta: A NOVACAP manterá o quantitativo recebido, em conta corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins deste Convênio". CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este ajuste prorrogado até 30 de junho de 1981. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: assina também o presente o advogado, RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, Diretor Administrativo-Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

PELA NOVACAP (as.) EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO

VISTO EM 30/12/1980
JÚLIO CÉSAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

DÉCIMO SEXTO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 05 DE ABRIL DE 1976, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE DIVERSAS UNIDADES PARA O CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art.20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, pelo Coronel MANOELITO LEMOS BARRETO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos Sociais e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.578a. e 1.454a. Sessões, realizadas em 31 de outubro e 06 de novembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de prorrogar prazo, o Convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, em 05 de abril de 1976, lavrado às fls.42/44 do Livro nº 24/76; aditado e alterado em 23 de fevereiro de 1977, lavrado às fls.278/279 do Livro nº 28/77; aditado em 24 de junho de 1977, lavrado às fls.303/304 do Livro nº 27/77; prorrogado em 04 de outubro de 1977, lavrado às fls.73/74 do Livro nº 02/77; aditado em 21 de novembro de 1977, lavrado às fls.164/166 do Livro nº 02/77; aditado em 13 de junho de 1978, lavrado às fls.038/040 do Livro nº 10/78; prorrogado em 30 de junho de 1978, lavrado às fls.126/127 do Livro nº 10/78; aditado em 20 de novembro de 1978, lavrado às fls.039/041 do Livro nº 15/78; prorrogado em 29 de dezembro de 1978, lavrado às fls.170/171 do Livro nº 16/78; aditado em 28 de março de 1979, lavrado às fls.173/175 do Livro nº 19/79; aditado em 29 de junho de 1979, lavrado às fls.108/109 do Livro nº 22/79; aditado em 20 de dezembro de 1979, lavrado às fls.077/078 do Livro nº 25/79; aditado em 28 de dezembro de 1979, lavrado às fls.062/064 do Livro nº 26/79; aditado em 06 de março de 1980, lavrado às fls.084/086 do Livro nº 03/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, aditado em 14 de novembro de 1980, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 20 de novembro de 1980, objetivando a construção de diversas unidades para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo prorrogado até 31 de dezembro de 1981. CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificados e inalterados os demais instrumentos mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: Assina também o presente, o advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES Diretor Administrativo Financeiro da NOVACAP.

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) MANOELITO LEMOS BARRETO

PELA NOVACAP (as.) EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

(as.) FRANCIS RAMOS CAMELO

VISTO EM 30/12/1980
JÚLIO CÉSAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS E ALTERAR CLÁUSULA AO CONVÊNIO 047/80, CELEBRADO EM 04 DE JULHO DE 1980, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.
PROCESSO Nº 479.026/80

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu

Governador, Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, por PAULO WILSON GUARACIABA, brasileiro, casado, Técnico em Administração, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos em exercício, por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras, e por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social da Empresa, e tendo em vista o Convênio nº 13/80, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e o Ministério dos Transportes em 04 de março de 1980, publicado no Diário Oficial da União de 19 de março de 1980, e no Diário Oficial do Distrito Federal de 01 de abril de 1980 (SUPLEMENTO) e seus Anexos, resolvem firmar, "ad-referendum" dos Órgãos Colegiados da NOVACAP, o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de suplementar recursos e alterar cláusula o Convênio celebrado em 04 de julho de 1980, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 006/11 do Livro 08/80 de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a administração de obras no Plano Piloto e Cidades Satélites. CLÁUSULA SEGUNDA O valor estabelecido para o Convênio ora aditado, será suplementado com a importância de Cr$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), perfazendo o total de Cr$ 424.700.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões e setecentos mil cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para a suplementação previstos nesta cláusula, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei 6.737, de 05 de dezembro de 1979, oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal-FUNDEFE, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: Elemento: 4.3.1.0 - Transferências Intragovernamentais, Subelemento: 4.3.1.3 - Contribuições a Fundos, Função : 03 - Administração e Planejamento, Programa: 09 - Planejamento Governamental, Subprograma: 031 - Assistência Financeira, Projeto: SEF-1068 - Financiamento a Programa de Desenvolvimento, conforme Nota de Empenho nº 533/80-SEF, emitida pela Secretaria de Finanças, no valor global de Cr$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - A Cláusula Quinta do Convênio nº 047/80 passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através de dotação própria da Secretaria de Serviços Públicos e do Programa de Desenvolvimento do Distrito Federal-FUNDEFE, participará no presente exercício com a importância de Cr$ 108.700.000,00 (cento e oito milhões e setecentos mil cruzeiros), para perfazer o valor estimativo do presente convênio." CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento principal mencionado na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) _____
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) _____
PAULO WILSON GUARACIABA

(as.) _____
JOSÉ CARLOS MELLO

(as.) _____
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELA NOVACAP : (as.) _____
EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) _____
RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) _____
DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO
EM 30/12/1980 (as.) _____
FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE ALTERAR CLÁUSULA E SUPLEMENTAR RECURSOS AO CONVÊNIO Nº 048/80, CELEBRADO EM 17 DE JULHO DE 1980, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

PROCESSO Nº 479.051/80

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e por JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras e por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado, RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Empresa em suas 1.593a. e 1.467a Sessões, realizadas em 19 e 23 de dezembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes Cláusulas : CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado, com o fim de alterar cláusula e suplementar recursos, o Convênio nº 048/80, celebrado em 17 de julho de 1980, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 30/33, do Livro nº 06/80, aditado em 11 de dezembro de 1980, publicado no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal de 19 de dezembro de 1980 (SUPLEMENTO), regulando a administração da execução de diversas obras de urbanização no Distrito Federal - compreendendo: a) Vias Alimentadoras de Taguatinga; b) Vias Alimentadoras do Cruzeiro, Gama e Guará; c) Implantação de Ciclovias no Distrito Federal; d) Urbanização do Terminal de Carga no Setor de Transporte Rodoviário de Carga. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estabelecido para o Convênio ora aditado será suplementado com a importância de Cr$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros), para perfazer um total de Cr$ 293.430.989,00 (duzentos e noventa e três milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e oitenta e nove cruzeiros). PA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos para a suplementação, a que se refere esta Cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal-FUNDEFE, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: ELEMENTO: 4.3.1.0 - Transferências Intragovernamentais, SUBELEMENTO: 4.3.1.3 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS, Função 03 Administração e Planejamento, Programa: 09 Planejamento Governamental, Subprograma 031 Assistência Financeira, Projeto-SEF 1.068 Financiamento a Programa de Desenvolvimento, conforme Nota de Empenho nº 614/80-SEF, emitida pela Secretaria de Finanças, no valor global de Cr$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros). PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor para a suplementação acima mencionada incidirá sobre o item "a" do Parágrafo Único da Cláusula Terceira do Convênio nº 048/80, correspondente as obras nas Vias Alimentadoras de Taguatinga. CLÁUSULA TERCEIRA - A Cláusula Quinta do Convênio Principal, passa a ter a seguinte redação: - "CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Viação e Obras, pagará à NOVACAP pela execução dos serviços Taxa de Administração de 10% (dez por cento) calculada sobre o custo real das obras efetivamente realizadas, referente apenas aos itens "a", "b" e "d" do Parágrafo Único da Cláusula Terceira deste Convênio". CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições dos instrumentos, mencionados na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) JOSÉ CARLOS MELLO

(as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELA NOVACAP : (as.) EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO EM 30/12/1980 (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
1º Subprocurador Geral do Distrito Federal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO, COM O FIM DE SUPLEMENTAR RECURSOS E PRORROGAR PRAZO, AO CONVÊNIO Nº 003/80, CELEBRADO EM 25 DE JANEIRO DE 1980, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL, DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO.

PROCESSO Nº 474.748/80

Aos 30 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta (1980), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado por seu Governador Coronel AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº3.751, de 13 de abril de 1960, pelo Engenheiro JOSÉ CARLOS MELLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Viação e Obras e por FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças, e do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada por seu Diretor Presidente, Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE e por seu Diretor Administrativo-Financeiro, Advogado RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972 atual Estatuto Social e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.560a. e 1.437a.; 1.593a. e 1.467a. Sessões, - realizadas em 27 e 28 de agosto; e, 19 e 23 de dezembro de 1980, respectivamente, resolvem firmar o presente Termo, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este ajuste fica aditado, com o fim de suplementar recursos e prorrogar prazo, o Convênio nº 003/80, celebrado em 25 de janeiro de 1980, entre o DISTRITO FEDERAL e a NOVACAP, lavrado às fls. 060/062, do Livro nº 02/80, de Registro de Contratos e Convênios da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de implantação de Parques de Recreação no Plano Piloto e Setores. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor estabelecido na Cláusula Quarta do Convênio Principal, será suplementado com a importância de Cr$. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), perfazendo a quantia de Cr$. 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para suplementação previstos nesta Cláusula - são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.737, de 05 de dezembro de 1979, oriundos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, correndo a despesa à conta do SUBELEMENTO: 4.3.1.3 - CONTRIBUIÇÕES A FUNDOS, Função 03 Administração e Planejamento, Programa 09 Planejamento Governamental, Subprograma 031 Assistência Financeira, Projeto-SEF 1.068 Financiamento a Programa de Desenvolvimento, Projeto 02 Construção de Parques de Recreação, conforme Nota de Empenho nº 532/80-SEF, emitida pela Secretaria de Finanças, no valor global de Cr$. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado fica por este ajuste, prorrogado até 30 de janeiro de 1982. CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições do Convênio nº 003/80. CLÁUSULA QUINTA - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas que integrarão Livro próprio da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07(sete)vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) AIME ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

(as.) JOSÉ CARLOS MELLO

(as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PELA NOVACAP : (as.) EDISON GROSSI DE ANDRADE

(as.) RENATO HOMERO CUNHA SANCHES

TESTEMUNHAS : (as.) DOMINGOS AZEVEDO DOS SANTOS

VISTO EM 30/12/1980 (as.) FRANCISCO RAMOS CAMELO

JÚLIO CESAR SANTOS
Subprocurador Geral do Distrito Federal

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 229/80-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITARIOS, DE URBANIZAÇÃO NA CEILANDIA — DISTRITO FEDERAL.

REVOGAÇÃO

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, para o fato de que o senhor Diretor-Presidente, atendendo solicitação formulada pela Diretoria de Urbanização desta Empresa, autorizou com base no ítem 14.1 do Edital próprio e artigo 12, da Resolução nº 084/76-CA, a revogação, por conveniência administrativa, da Tomada de Preços em tela.

Brasília, 29 de dezembro de 1980

ANTONIO AUGUSTO ARAUJO PIRES
Presidente da CPL
Respondendo

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 234/80-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITARIOS, DE DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E MEIOS-FIOS E EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E EVENTUAL TERRAPLENAGEM E MEIOS-FIOS NO GUARA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das empresas regularmente registradas na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP ou portadoras do Certificado de Regularidade Jurídico Fiscal - CRJF., e que obedeçam às prescrições contidas no Edital para a licitação em epígrafe, que será realizada às 14:30 horas do dia 07 de janeiro de 1981, na sala de licitações, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da NOVACAP.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação/NOVACAP, no 1º andar do Bloco "B" do Conjunto Sede da Companhia, situado no Setor de Areas Públicas - SIA.

Brasília, 30 de dezembro de 1980

ANTONIO AUGUSTO ARAUJO PIRES
Presidente da CPL
Respondendo

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA
EDITAL Nº 007/80 — DRG

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do art. 246 da Lei nº 4.191/62, sem que se localizasse a Firma ASSIVALDO BATISTA DOS SANTOS, no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal), TORNA PUBLICA a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 4.857 de 17 de novembro de 1980, assim caracterizado: "Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de 1980, na Divisão da Receita do Gama-DRG., onde me achava no exercício de fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que ASSIVALDO BATISTA DOS SANTOS, inscrição nº 07.002.160-0, estabelecido na Quadra 18 — lote 03 — Setor Leste Comercial/Gama-DF., com negócio de Mercadinho Real, infringiu o disposto nos artigos 16, inciso I, 18, inciso I, 20, inciso I, 65 e 71, § 2º, do anexo I a que se refere o artigo 2º do RICM aprovado pelo Decreto nº 1697, de 27 de maio de 1971, combinado com os Decretos nºs. 2.185/73 e 2.499/76, e artigos 82, inciso I, 105, 114, § 2º, 135, inciso I e 137, inciso I, todos do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992, de 13 de dezembro de 1977, pela constatação das seguintes irregularidades: I. Deixou de recolher o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias — ICM — **no valor liquido devido e apurado de Cr$ 124.056,55** (cento e vinte e quatro mil, cinquenta e seis cruzeiros, e cinquenta e cinco centavos), devidamente lançado no livro fiscal próprio e referente aos exercícios de 1977, 1978, 1979 e 1980, respectivamente; II. Vendeu Mercadorias Tributáveis e lançou como não tributadas, o valor tributável de Cr$ 1.195.342,82, deixando consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 179.642,26** (cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois cruzeiros e vinte e seis centavos), relativos aos exercícios de 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, e 1980, respectivamente; III. Vendeu Mercadorias lançadas a maior no Diário, no valor tributável de Cr$ 120.000,00, deixando consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 18.000,00** (dezoito mil cruzeiros) referente ao exercício de 1977; IV. Omitiu vendas de Mercadorias no valor tributável de Cr$. 4.602.325,55, apurado em Conclusão Fiscal, não emitiu nota fiscal nas saídas, não escriturou-as no livro fiscal próprio nem o fazendo no Diário, deixando, consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 701.927,34** (setecentos e um mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros e trinta e quatro centavos), referente aos exercícios de 1976, 1979 e 1980, respectivamente; V. Omitiu Vendas de Mercadorias, deixou de emitir nota fiscal nas saídas, não escriturando-as no livro fiscal próprio nem o fazendo no Diário, deixando, consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 63.636,36** (sessenta e três mil, seiscentos e trinta e seis cruzeiros e trinta e seis centavos), evidenciado pela verificação de saldo credor na Conta-Caixa, apurado conforme especificações do valor tributável no levantamento fiscal dos seguintes exercícios: Cr$. 32.056,75, em 1976; Cr$102.205,48, em 1977; e, Cr$292.117,34, em 1978, respectivamente. Visto do que dispoe o art. 447 do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992, de 13 de dezembro de 1977; VI. Omitiu Vendas de Mercadorias, deixou de emitir nota fiscal nas saídas, não escriturando-as no livro fiscal próprio nem o fazendo no Diário, deixando, consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 53.367,65** (cinquenta e três mil, trezentos e sessenta e sete cruzeiros e sessenta e cinco centavos), evidenciado pela verificação de Suprimento-de-Caixa sem comprovação da origem do numerário, apurado conforme especificação do valor tributável no levantamento fiscal, de Cr$133.000,00, em 1976; Cr$115.822,00, em 1977; e, Cr$115.829,00, em 1978. Visto do que dispoe o artigo 448, inciso I, do RICM supra mencionado. OBS.: 01) Tudo conforme demonstrativos de levantamento fiscal que estou anexando a este Auto; 02) Débito sujeito ainda, aos acréscimos de juros de mora, multa e correção monetária, na forma da legislação em vigor; e, 03) Deixei de expedir a notificação prevista no artigo 240 da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962, em virtude de o Sujeito Passivo não ter sido encontrado mais no domicílio fiscal para o qual estava inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICM, não constando nenhuma comunicação à Repartição Fiscal competente de sua mudança de endereço para outro local, pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro) vias, assinado por mim, autuante. Distrito Federal, 17 de novembro de 1980, ANTONIO DOS SANTOS — Fiscal de Tributos — Matrícula nº 6206-5. Desta forma CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispoe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247 e 252 da Lei nº 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os Autos conclusos à primeira instância para julgamento.

Gama-DF., 09 de dezembro de 1980

MANOEL RAIMUNDO NUNES
Diretor da Divisão da Receita do Gama

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA

EDITAL Nº 008/80 — DRG

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do art. 246 da Lei nº 4.191/62, sem que se localizasse a Firma ASSIVALDO BATISTA DO SANTOS, no endereço abaixo mencionado (constante do Cadastro Fiscal), TORNA PUBLICA a lavratura do AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 4.856 de 17 de novembro de 1980, assim caracterizado: "Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de 1980, na Divisão da Receita do Gama-DRG., onde me achava no exercício de fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que ASSIVALDO BATISTA DOS SANTOS, inscrição nº 07.061.834-8, estabelecido na Quadra 12 — Lote 12 — Setor Leste Comercial/Gama-DF., com negócio de Mercadinho Real, infringiu o disposto nos artigos: 82 — inciso I, 105, §2º, 135 - inciso I e 137 - inciso I, todos do RICM aprovado pelo Decreto nº 3.992 de 13 de dezembro de 1977, pela constatação das seguintes irregularidades: I. Deixou de recolher no prazo regulamentar o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulaçao de Mercadorias-ICM — no valor líquido devido e apurado de Cr$ 88.296,33 (oitenta e oito mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e três centavos), devidamente lançado no livro próprio e referente aos exercícios de 1977 e 1980, respectivamente. II. Vendeu Mercadorias Tributáveis e lançou como nao tributadas, no valor tributável de Cr$ 715.286,47 — deixando, consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 107.957,14** (cento e sete mil, novecentos e cinquenta e sete cruzeiros e quatroze centavos). relativo aos exercícios de 1977, 1978, 1979 e 1980, respectivamente. III. Omitiu Vendas de Mercadorias no valor tributável de Cr$ 2.322,59 — apuradas em Conclusao-Fiscal, nao emitiu nota fiscal nas saídas, não as escriturou no livro fiscal próprio e nem o fez no Diário, deixando, consequentemente, de recolher o **ICM liquido devido e apurado de Cr$ 354.751,01** (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um cruzeiros e um centavo), referente aos exercícios de 1979 e 1980, respectivamente. IV. Tudo conforme demonstrativos de

Levantamento fiscal que estou anexando a este auto. OBS.: 01) Débito sujeito aos acréscimos de juros de mora, multa e correção monetária, na forma da legislação em vigor; e, 02) Deixei de expedir a notificação prevista no art. 240, da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962, em virtude de o Sujeito Passivo nao ter sido encontrado no domicílio fiscal para o qual estava inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICM, não constando na Repartição Fiscal competente, qualquer comunicação da mudança de endereço para outro local. Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 04 (quatro) vias, assinado por mim, autuante. Distrito Federal, 17 de novembro de 1980. ANTONIO DOS SANTOS — Fiscal de Tributos — Matrícula nº 6206-5. Desta forma CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispoe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247 e 252 da Lei nº 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os Autos conclusos à primeira instância para julgamento.

Gama-DF., 02 de dezembro de 1980

MANOEL RAIMUNDO NUNES
Divisão da Receita do Gama
Diretor

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇAO COREN-DF-nº 02

Fixa os valores da anuidade a ser recolhida, no exercício de 1981, pelas empresas, em relação a suas atividades ou serviços na área de Enfermagem.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência estabelecida no art. 15, inciso XI, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, e a deliberação do Plenário em sua 65ª Reunião Ordinária, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam fixados os seguintes valores para a anuidade correspondente ao exercício de 1981, a ser recolhido pelas empresas que desenvolvem atividades ou prestam serviços na área da Enfermagem,

I — Empresas cuja atividade básica é a prestação de serviços de Enfermagem Cr$6.000,00

II — Empresas, em relação àquela atividade pela qual prestam serviços de Enfermagem a terceiros Cr$9.000,00

Art. 2º O valor relativo à anuidade será recolhido até 31 de março de cada ano.

Parágrafo único. Em caso de inobservância ao disposto neste artigo, o valor da anuidade será acrescido na forma do previsto no art. 7º da Resolução COFEN-44.

Art. 3º A presente Resolução, homologados pelo COFEN os valores nela fixados, entrará em vigor na data em que for publicada no Diário Oficial do Estado.

Brasília, 12 de dezembro de 1980

MARIA LUCIA MARTINS PINHA
Presidente

CLARICE JUDITH RIBEIRO CAZZOLA
Secretária

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DA RECEITA SERVIÇO DE CREDITOS FISCAIS

EDITAL 037/80

O CHEFE DO SERVIÇO DE CREDITOS FISCAIS DO DEPARTAMENTO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO GOVERNO DO DF, tendo em vista decisão de primeira Instância nos processo de Auto de Infração e outros, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabido, NOTIFICA-OS daquela decisão e INTIMA-OS a recolherem aos Cofres da Fazenda do DF, os valores apurados nos respectivos processos, no prazo de 20 dias contados da publicação do presente Edital, na forma do art. 247, inciso III da Lei 4191 de 1962, ou no mesmo prazo, apresentarem, querendo, Recurso à Junta de Recursos Fiscais, nos termos do art. 257 da mesma Lei.

O pagamento do débito poderá ser efetuado através do DAR-Documento de Arrecadação, a ser adquirido pelo contribuinte nas papelarias locais e visado pelo Serviço de Créditos Fiscais, no 3º andar s/307 do Edifício Vale do Rio Doce-SBN.

O não atendimento ao presente Edital, implicará em inscrição dos valores em Dívida Ativa, para cobrança executiva.

REGISTRO	PROCESSO	CONTRIBUINTE	NATUREZA	VALOR
2185/80	227564/80	-Bahia Com. e Rep. Ltda	ICM	43.964,69
2063/80	226463/80	-Bartolomeu Barbosa Oliveira	ICM	21.522,94
2556/80	055859/80	-Carmelio Nunes da Costa	ICM	2.964,80
2186/80	227604/80	-Irmãos Costa & Cia Ltda	ICM	22.476,82
1974/80	166630/80	-Ivan Bastos Marques	ICM	96.594,86
1994/80	195459/80	-Jacir Bispo Alves	ICM	2.244,94
2557/80	056321/80	-Jacir Custódio Pereira	ICM	1.454,40
2191/80	195608/80	-Joaquim Germiliano Oliveira	ISS	396.400,79
2558/80	055566/80	-João da Cruz Santos	ICM	581,76
2228/80	195458/80	-Meton Mota de Araújo	ICM	2.284,14
2193/80	195455/80	-Raimundo Matias Filho	ICM	84.420,33
2187/80	195460/80	-Raimundo Fulgêncio de Araújo	ICM	14.613,53

Brasília, 16 de dezembro de 1980

EDMILSON FERREIRA DE FREITAS
Serviço de Créditos Ficais
Chefe

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 051/80 — D.R.T.

O DIRETOR DA DIVISAO DA RECEITA DE TAGUATINGA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, considerando que se esgotaram as formas indicadas nos incisos I e II do artigo 246 da Lei nº 4.191/62, sem que se localizasse a firma FRANCISCO FERREIRA GUEDES, no endereço abaixo mencionado (constante do cadastro fiscal) caracterizando-se desta forma desconhecido e incerto o seu domicílio fiscal, TORNA PUBLICA a lavratura do AUTO DE INFRAÇAO E APREENSAO Nº 8936, de 10 de outubro de 1980, assim caracterizado: "Aos 10 (dez) dias do mês de outubro do ano de 1980, na Seçao Técnica Tributária/DRT onde me achava no exercício de fiscalização de Tributos do Distrito Federal, verifiquei que a firma FRANCISCO FERREIRA GUEDES, inscrição nº 07066882-5, estabelecida na CSC10, lote 01, loja 02, Taguatinga-DF., com negócio de com. de carnes, peixes e frutas infringiu o disposto nos artigos 82 item I e III, 135 item I, e 137 item I, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.992, de 13 de dezembro de 1977, pela constatação das seguintes irregularidades: I — Deixou de recolher o ICM líquido no valor de Cr$2.969,46 (dois mil, novecentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e seis centavos) caracterizado por OMISSAO DE VENDAS, referente ao exercício de 1980; II — Deixou de recolher o ICM líquido no valor de Cr$10.773,11 (dez mil, setecentos e setenta e três cruzeiros e onze centavos) relativo ao exercício de 1979, tudo conforme demonstrativos em anexo".

Pelo que lavrei o presente Auto de Infração e Apreensão em 4 (quatro) vias, assinado por mim, autuante. WILMAR DAS CHAGAS FRANÇA — Fiscal de Tributos.

Desta forma, CIENTIFICO a infratora qualificada de que dispõe de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita acompanhada das provas que entender necessárias, conforme preceituam os artigos 247, item III e 252 da Lei nº 4.191/62. Em não o fazendo no prazo legal, será declarada REVEL e os autos conclusos à Primeira Instância para julgamento.

Distrito Federal, 26 de novembro de 1980

JOSE HENRIQUE RODRIGUES NAVA
Diretor Subst. DRT

AVISO

Com esta edição vai publicado um Suplemento contendo matérias subordinadas ao titulo «ATAS, CONTRATOS, CONVENIOS E BALANÇOS»

AVISO

ÀS EMPRESAS SEDIADAS NO D.F.

De acordo com a legislação em vigor, as empresas sediadas no Distrito Federal poderão publicar no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, seus Balanços, Atas, Editais de Assembléias, Contratos e suas alterações, com validade legal para registro na Junta Comercial do D.F., e demais efeitos jurídicos.

Nossa redação funciona no 3º andar do Anexo do Buriti e temos prazos de publicação bastante reduzidos.